

***LEI N.º 1595/2003***

***DE 31.12.2003***

***CÓDIGO***

***TRIBUTÁRIO***

***MUNICIPAL***

## ÍNDICE

<b>TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>08</b>
<b>Do Elenco Tributário Municipal .....</b>	<b>08</b>
<b>TÍTULO II - DOS IMPOSTOS .....</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO I - Do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana .....</b>	<b>09</b>
<b>Seção I - Da Incidência .....</b>	<b>09</b>
<b>Seção II - Da Base de Cálculo e Alíquotas .....</b>	<b>11</b>
<b>Seção III - Da Inscrição .....</b>	<b>15</b>
<b>Seção IV - Do Lançamento .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPÍTULO II - Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza .....</b>	<b>18</b>
<b>Seção I - Da incidência .....</b>	<b>18</b>
<b>Seção II - Da Base de Cálculo e Alíquotas .....</b>	<b>39</b>
<b>Seção III - Da Inscrição .....</b>	<b>41</b>
<b>Seção IV - Do Lançamento .....</b>	<b>42</b>
<b>CAPÍTULO III - Do Imposto de Transmissão “Inter-Vivos” de Bens Imóveis .....</b>	<b>43</b>
<b>Seção I - Da Incidência .....</b>	<b>43</b>
<b>Seção II - Do Contribuinte .....</b>	<b>45</b>
<b>Seção III - Da Base de Cálculo e Alíquotas .....</b>	<b>45</b>
<b>Seção IV - Da Não Incidência .....</b>	<b>47</b>
<b>Seção V - Das Obrigações de Terceiros .....</b>	<b>48</b>
<b>TÍTULO III - DAS TAXAS .....</b>	<b>49</b>

<b>CAPÍTULO I - Da Taxa de Expediente .....</b>	<b>49</b>
<b>Seção I - Da Incidência .....</b>	<b>49</b>
<b>Seção II - Da Base de Cálculo e Alíquotas .....</b>	<b>50</b>
<b>Seção III - Do Lançamento e Arrecadação .....</b>	<b>50</b>
<b>CAPÍTULO II - Da Taxa de Coleta de Lixo .....</b>	<b>50</b>
<b>Seção I - Da Incidência .....</b>	<b>50</b>
<b>Seção II - Da Base de Cálculo .....</b>	<b>51</b>
<b>Seção III - Do Lançamento e Arrecadação .....</b>	<b>51</b>
<b>CAPÍTULO III - Das Taxa de Licença de Localização de Estabelecimento e de Atividade Ambulante .....</b>	<b>51</b>
<b>Seção I - Da Incidência e Licenciamento .....</b>	<b>51</b>
<b>Seção II - Da Base de Cálculo e Alíquota .....</b>	<b>52</b>
<b>Seção III - Do Lançamento e Arrecadação .....</b>	<b>53</b>
<b>CAPÍTULO IV - Da Taxa de Fiscalização e Vistoria .....</b>	<b>53</b>
<b>Seção I - Da Incidência .....</b>	<b>53</b>
<b>Seção II - Da Base de Cálculo e Alíquota .....</b>	<b>53</b>
<b>Seção III - Do Lançamento e Arrecadação .....</b>	<b>54</b>
<b>CAPÍTULO V - Da Taxa de Licença para Execução de Obras .....</b>	<b>54</b>
<b>Seção I - Da Incidência e Licenciamento .....</b>	<b>54</b>
<b>Seção II - Da Base de Cálculo e Alíquotas .....</b>	<b>55</b>
<b>Seção III - Do Lançamento e Arrecadação .....</b>	<b>55</b>
<b>TÍTULO IV - DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA .....</b>	<b>55</b>
<b>CAPÍTULO ÚNICO - Dos Elementos da Contribuição de Melhoria .....</b>	<b>55</b>
<b>Seção I - Do Fato Gerador, Incidência e Cálculo .....</b>	<b>55</b>
<b>Seção II - Do Sujeito Passivo .....</b>	<b>57</b>

<b>Seção III - Do Cálculo .....</b>	<b>57</b>
<b>Seção IV - Do Cobrança (e Lançamento) .....</b>	<b>60</b>
<b>Seção V - Do Pagamento .....</b>	<b>63</b>
<b>Seção VI - Da não-incidência .....</b>	<b>63</b>
<b>Seção VII - Das Disposições Finais .....</b>	<b>64</b>
<b>TÍTULO V - DA NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO .....</b>	<b>64</b>
<b>CAPÍTULO ÚNICO - Da Forma de Realização da Notificação e Intimação .....</b>	<b>64</b>
<b>Seção I - Das Disposições Gerais .....</b>	<b>64</b>
<b>Seção II - Da Notificação do Lançamento do Tributo .....</b>	<b>65</b>
<b>Seção III - Da Intimação de Infração .....</b>	<b>65</b>
<b>TÍTULO VI - DA ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS .....</b>	<b>66</b>
<b>CAPÍTULO ÚNICO - Dos Procedimentos de Arrecadação .....</b>	<b>66</b>
<b>TÍTULO VII - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES .....</b>	<b>69</b>
<b>CAPÍTULO ÚNICO - Das Disposições Gerais .....</b>	<b>69</b>
<b>TÍTULO VIII - DAS ISENÇÕES .....</b>	<b>72</b>
<b>CAPÍTULO I - Do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana .....</b>	<b>72</b>
<b>CAPÍTULO II - Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza .....</b>	<b>73</b>
<b>CAPÍTULO III - Do Imposto de Transmissão “Inter-Vivos” de Bens Imóveis .....</b>	<b>73</b>
<b>CAPÍTULO IV - Da Contribuição de Melhoria .....</b>	<b>74</b>
<b>CAPÍTULO V - Das Disposições Sobre as Isenções .....</b>	<b>75</b>
<b>TÍTULO IX - DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA .....</b>	<b>76</b>
<b>CAPÍTULO I - Da Fiscalização .....</b>	<b>76</b>
<b>Seção Única - Da Competência e dos Procedimentos de Fiscalização .....</b>	<b>76</b>
<b>CAPÍTULO II - Da Dívida Ativa .....</b>	<b>78</b>

<i>Seção Única - Da Inscrição e da Certidão de Dívida Ativa</i> .....	78
<b>CAPÍTULO III - Das Certidões Negativas</b> .....	79
<i>Seção Única - Da Expedição e de seus Efeitos</i> .....	79
<b>TÍTULO X - DO PROCESSO TRIBUTÁRIO</b> .....	80
<b>CAPÍTULO I - Do Procedimento Contencioso</b> .....	80
<i>Seção I - Das Disposições Gerais</i> .....	80
<i>Seção II - Do Julgamento de Primeira Instância, dos Recursos e do Julgamento</i> <i>de Segunda Instância</i> .....	83
<b>CAPÍTULO II - Dos Procedimentos Especiais</b> .....	84
<i>Seção I - Do Procedimento de Consulta</i> .....	84
<i>Seção II - Do Procedimento de Restituição</i> .....	85
<b>TÍTULO XI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS</b> .....	86
<b>TÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS</b> .....	88
<b>TABELAS DE INCIDÊNCIA - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza</b> .....	89
- <i>Na Taxa de Expediente</i> .....	91
- <i>Da Taxa de Coleta de Lixo</i> .....	92
- <i>Da Taxa de Licença de Localização de Estabelecimen-</i> <i>to e de Atividade Ambulante</i> .....	93
- <i>Da Taxa de Fiscalização e Vistoria de Estabelecimen-</i> <i>to</i> .....	96
- <i>Da Taxa de Licença para a Execução de Obras</i> .....	97
<b>APLICAÇÃO DA FÓRMULA HARPER</b> .....	99
a) <i>Da Correção do Valor do M2 de Construção</i> .....	102
b) <i>Fatores de Correção das Construções</i> .....	104
c) <i>Correção de Preços do M2 de Terreno por Seção</i> .....	106
d) <i>Fatores de Correção dos Terrenos</i> .....	108

**LEI N.º 1.595/03 de 31 de Dezembro de 2003.**

***Estabelece o CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO, consolida a legislação tributária e dá outras providências.***

O prefeito municipal , EURICO AUGUSTO ZANCAN, no uso de suas atribuições legais, faz saber:

Que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Do Elenco Tributário Municipal**

**Art. 1º** - É estabelecido por esta lei o Código Tributário Municipal, consolidando a legislação tributária do Município, observados os princípios e normas gerais estabelecidas na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional (Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1996).

**Art. 2º** - Os tributos de competência do Município são os seguintes:

**I - Impostos sobre:**

**a)** Propriedade Predial e Territorial Urbana -

IPTU;

**b)** Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

**c)** Transmissão “Inter-Vivos” de Bens Imóveis –

ITBI;

**II - Taxas de:**

**a)** Expediente;

b) Coleta de Lixo;

c) **Conservação;**

d) Localização de Estabelecimento e Ambulante;

e) Fiscalização e Vistoria;

f) Execução de Obras.

III - Contribuição de Melhoria.

a) **Asfalto**

b) **Calçamento**

c) **Meio-Fio**

## **TÍTULO II**

### **DOS IMPOSTOS**

#### **CAPÍTULO I**

#### **Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana**

##### **Seção I**

##### ***Da Incidência***

**Art. 3º** - O imposto sobre propriedade predial e territorial urbana incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse a qualquer título de imóvel edificado ou não, situado na zona urbana do Município.

**§ 1º** - Para os efeitos deste Imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal, observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes:

I - meio fio ou calçamento com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

**IV** - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;

**V** - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

**§ 2º** - A lei poderá considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, respeitado o disposto no parágrafo anterior.

**§ 3º** - O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana abrange, ainda, o imóvel que, embora localizado na zona rural, seja utilizado, comprovadamente, como sítio de recreio.

**§ 4º** - Para efeito deste imposto, considera-se:

**I** - prédio, o imóvel edificado, concluído ou não, compreendido o terreno com a respectiva construção e dependências;

**II** - terreno, o imóvel não edificado.

**§ 5º** - Será considerado terreno, sujeito à alíquota prevista para divisão fiscal em que estiver localizado, o prédio incendiado, condenado à demolição ou à restauração, ou em ruínas, aos fins do lançamento do imposto de que trata esse capítulo, no exercício seguinte a ocorrência do fato.

**§ 6º** - Poderão ser incorporados ao prédio, mediante requerimento formalizado pelo contribuinte e após a avaliação da Fiscalização Tributária, o(s) terreno(s) de propriedade do mesmo contribuinte e localizado(s) junto:

**I** - a estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviço desde que necessário(s) e utilizado(s) de modo permanente na finalidade do mesmo;

**II** - a prédio residencial, desde que incorporado(s) e transformado(s) num único terreno, devidamente cercado, constantes de uma única matrícula no registro de imóveis, que incorporados à residência estejam sendo devidamente ocupados para pátio, ajardinamento ou atividades esportivas ou de lazer.

**§ 7.º** - Caso não sejam transformados ou incorporados na forma prevista no inciso II do § 6.º, os terrenos serão matriculados de forma individual, sendo



incorporado ao prédio, para efeitos tributários, apenas aquele(s) por ele diretamente abrangido(s).

**Art. 4º** - A incidência do imposto independe do cumprimento de quaisquer outras exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas ao imóvel, sem prejuízo das penalidades.

## **SEÇÃO II**

### ***Da Base de Cálculo e Alíquotas***

**Art. 5º** - O imposto de que trata este capítulo é calculado sobre o valor venal do imóvel.

**§ 1º** - Quando se tratar de prédio, a alíquota para o cálculo do imposto será de:

**I - 0,40%** (quarenta centésimos por cento) quando o imóvel for utilizado única e exclusivamente como residência e seu valor venal não exceder a **6.000 VRM**;

**II - 0,50%** (cinquenta centésimos por cento), no caso de imóvel exclusivamente residencial cujo valor venal exceda a **6.000 VRM**;

**III - 0,60%** (sessenta centésimos por cento), quando se tratar de imóvel de uso misto;

**IV - 0,80%** (oitenta centésimos por cento), quando se tratar de imóvel de uso comercial, industrial ou de prestação de serviços.

**§ 2º** - Quando se tratar de terreno, a alíquota para o cálculo do imposto será de:

**I - 2% ( dois por cento) para imóvel localizado na (3ª) divisão fiscal;**

**II - 3% (três por cento) para imóvel localizado na segunda (2ª) divisão fiscal;**

**III - 4% (quatro por cento)**, para imóvel localizado na primeira (1ª) divisão fiscal.

**§ 3º** - Para os efeitos do disposto no parágrafo 2º deste artigo, considera-se:

**I - 1ª Divisão Fiscal**, a área compreendida no polígono formado pelos seguintes logradouros: **Avenida Bento Gonçalves até o cruzamento da Avenida Padre Bernardo e os imóveis situados na Avenida Padre Bernardo entre a Rua 7 de Setembro e Avenida Getúlio Vargas.**

**II - 2ª Divisão Fiscal** os imóveis situados no perímetro formado pelo cruzamento dos seguintes logradouros: **Rua Guilherme Schaw com a Avenida Coronel Sabino Roque e Rua Major Cancio Policeno, Rua Major Cancio Policeno com a Rua Guilherme Schaw e Avenida Getúlio Vargas, Avenida Getúlio Vargas com a Rua Tude Gonçalves e Avenida Bento Gonçalves, Avenida Padre Bernardo com Avenida Getúlio Vargas e Rua Rodolfo Rospide, Avenida Coronel Sabino Roque com a Rua Guilherme Schaw e Rua Hermógenes Pahins, Avenida Padre Bernardo com Rua 7 de Setembro e Rua Hermógenes Pahins, Rua Hermógenes Pahins entre Avenida Padre Bernardo e Rua da Separação e Rua 7 de Setembro.**

**III – 3º Divisão Fiscal** os imóveis situados fora do perímetro acima descrito.

**§ 4º** - Para efeitos de tributação, integram também a 1ª Divisão Fiscal os imóveis fronteiros aos logradouros de delimitação com a 2ª Divisão Fiscal, e integram também a 2º Divisão Fiscal os imóveis fronteiro aos logradouros de delimitação com a 3º Divisão Fiscal.

**& 5º** - A alíquota é majorada nos percentuais indicados nas seguintes hipóteses:

**I – nos imóveis localizados em vias pavimentadas, sem construção de muro ou cerca ( grades ou tela) ou em desacordo com o estabelecido pela legislação, em 20% ( vinte por cento).**

**II – nos imóveis localizados em vias pavimentadas, sem construção de passeio ou em desacordo com o estabelecido pela legislação, em 30% ( trinta por cento).**

**& 6º - A alíquota é diminuída nos percentuais indicados nas seguintes hipóteses:**

**I – nos terrenos baldios cultivados, arborizados ou tratados paisagisticamente, em 20% ( vinte por cento), desde que se situado em logradouros pavimentados tenham muro e cerca e passeio calçado;**

**II – em 100% (cem por cento) para a chamada Casa Popular ou Moradia Social, desde que seja o único do proprietário, tenha até 70 (setenta) metros quadrados de área total construída e que a partir das características levantadas não soma 40 (oitenta) pontos, conforme o estabelecido na Tabela competente.**

**Art. 6º** O valor venal dos imóveis será calculado com base nos dados registrados no cadastro imobiliário fiscal, levando-se em conta os seguintes elementos, em conjunto ou isoladamente:

**§ 1º** - para terrenos:

a) a ocupação, o valor do imóvel, a destinação, a forma, a situação, a topografia, a pedologia, a pavimentação, e a área;

b) quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes.

**§ 2º** - para edificações:

a) tipo de construção, padrão, situação, ocupação, alinhamento, ano de conclusão, locação, estrutura, cobertura, paredes, revestimento externo, esquadrias, instalação sanitária, estado de conservação;

b) área construída;

c) valor unitário da construção.

**§ 3º** - Na determinação da base de cálculo, não será considerado o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.

**§ 4º** - O critério a ser utilizado para apuração dos valores que servirão como base de cálculo para o lançamento e recolhimento do IPTU, bem como o número de parcelas, a data de vencimento e os descontos concedidos, serão definidos em regula-

mento e tabelas de valores a serem baixados anualmente, através de decreto, pelo Executivo, atendidos;

I – o interesse público;

II – a capacidade econômica do contribuinte;

III – a manutenção do poder aquisitivo da moeda.

**§ 5º** - Quando da vistoria de atualização cadastral in loco das propriedades imobiliárias, ficam os proprietários contribuintes, a qualquer título, obrigados ao fornecimento de todas as informações solicitadas pelos servidores credenciados pelo município.

**§ 6º** - na avaliação da GLEBA, entendida esta como a área de terreno com mais de 10.000 m<sup>2</sup> (dez mil metros quadrados), o valor do hectare e a área real;

**Parágrafo único** - No caso de GLEBA, com loteamento aprovado e em processo de execução, considera-se TERRENO ou lote individualizado aquele situado em logradouro ou parte deste, cujas obras estejam concluídas.

**Art. 7º** - O preço do hectare, na gleba, e do metro quadrado do terreno padrão serão fixados levando-se em consideração:

I - o índice médio de valorização;

II - os preços relativos às últimas transações imobiliárias, deduzidas as parcelas correspondentes às construções;

III - os acidentes naturais e outras características que possam influir em sua valorização;

IV - qualquer outro dado informativo.

**Art. 8º** - O preço do metro quadrado de cada tipo de construção será fixado levando-se em consideração:

I - os valores estabelecidos em contratos de construção;

II - os preços relativos às últimas transações imobiliárias;

III - o custo do metro quadrado de construção corrente no mercado imobiliário;

**IV** - quaisquer outros dados informativos.

**Art. 9º** - Os preços do hectare da gleba e o do metro quadrado de terreno padrão e de cada tipo de construção, serão estabelecidos por lei observados os critérios estipulados nos artigos 7º e 8º.

**Parágrafo único** - Na hipótese de simples atualização da base de cálculo adotada para lançamento do imposto no exercício anterior, Decreto do Executivo disporá sobre a correção que será igual à variação do Valor de Referência Municipal - VRM, no período anual considerado. (e, sucessivamente, por índice que vier a substituí-lo ou, na falta deste, por índice de inflação calculado por instituição oficial ou de reconhecida idoneidade.)

**Art. 10** - O valor venal do prédio é constituído pela soma do valor do terreno ou de parte ideal deste, com o valor da construção e dependências.

**Parágrafo único** – A parte ideal do terreno é o percentual do terreno relativo a construção individual pela construção total.

**Art. 11** - O valor venal do terreno resultará da multiplicação do preço do metro quadrado de terreno pela área do mesmo.

**Art. 12** - Para fins de cálculo do valor venal no que pertine ao terreno, a área real será corrigida, quando couber, mediante aplicação da fórmula de Harper, anexa.

### **SEÇÃO III**

#### ***Da Inscrição***

**Art. 13** - Contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.

**Art. 14** - O prédio e o terreno estão sujeitos à inscrição no Cadastro Imobiliário, ainda que beneficiados por imunidade ou isenção.

**Art. 15** - A inscrição é promovida:

**I** - pelo proprietário;

**II** - pelo titular do domínio útil ou pelo possuidor a qualquer título;

III - pelo promitente comprador;

IV - de ofício, quando ocorrer omissão das pessoas relacionadas nos incisos anteriores e inobservância do procedimento estabelecido no artigo 19.

**Art. 16** - A inscrição de que trata o artigo anterior é precedida mediante a comprovação, por documento hábil, da titularidade do imóvel ou da condição alegada, o qual depois de anotado e feitos os respectivos registros, será devolvido ao contribuinte.

§ 1º - Quando se tratar de área loteada, deverá a inscrição ser precedida do arquivamento, na Fazenda Municipal, da planta completa do loteamento aprovado, na forma da lei.

§ 2º - Qualquer alteração praticada no imóvel ou no loteamento deverá ser imediatamente comunicada pelo contribuinte à Fazenda Municipal.

§ 3º - O prédio terá tantas inscrições quantas forem as unidades distintas que o integram, observado o tipo de utilização.

**Art. 17** - Estão sujeitas à nova inscrição, nos termos desta lei, ou à averbação na ficha de cadastro:

I - a alteração resultante da construção, aumento, reforma, reconstrução ou demolição;

II - o desdobramento ou englobamento de áreas;

III - a transferência da propriedade ou do domínio;

IV - a mudança de endereço do contribuinte.

**Parágrafo único** - Quando se tratar de alienação parcial, será precedida de nova inscrição para a parte alienada, alterando-se a primitiva.

**Art. 18** - Na inscrição do prédio, ou de terreno, serão observadas as seguintes normas:

I - quando se tratar de prédio:

a) com uma só entrada, pela face do quarteirão a ela correspondente;

**b)** com mais de uma entrada, pela face do quarteirão que corresponder à entrada principal e, havendo mais de uma entrada principal, pela face do quarteirão por onde o imóvel apresentar maior testada e, sendo estas iguais, pela de maior valor;

**II** - quando se tratar de terreno:

**a)** com uma frente, pela face do quarteirão correspondente à sua testada;

**b)** com mais de uma frente, pelas faces dos quarteirões que corresponderem às suas testadas, tendo como profundidade média uma linha imaginária eqüidistante destas;

**c)** de esquina, pela face do quarteirão de maior valor ou, quando os valores forem iguais, pela maior testada;

**d)** encravado, pelo logradouro mais próximo ao seu perímetro.

**Parágrafo único** - O regulamento disporá sobre a inscrição dos prédios com mais de uma entrada, quando estas corresponderem a unidades independentes.

**Art. 19** - O contribuinte ou seu representante legal deverá comunicar, no prazo de trinta (30) dias, as alterações de que trata o artigo 17, assim como, no caso de áreas loteadas, ou construídas, em curso de venda:

**I** - indicação dos lotes ou de unidades prediais vendidas e seus adquirentes;

**II** - as rescisões de contratos ou qualquer outra alteração.

**§ 1º** - No caso de prédio ou edifício com mais de uma unidade autônoma, o proprietário ou o incorporador fica obrigado a apresentar perante o Cadastro Imobiliário, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do habite-se a descrição de áreas individualizadas.

**§ 2º** - O não cumprimento dos prazos previstos neste artigo ou informações incorretas, incompletas ou inexatas, que importem em redução da base de cálculo do imposto, determinarão a inscrição de ofício, considerando-se infrator o contribuinte.

§ 3º - No caso de transferência da propriedade imóvel, a inscrição será procedida no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do registro do título no Registro de Imóveis.

#### **SEÇÃO IV**

##### ***Do Lançamento***

**Art. 20** - O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana será lançado, anualmente, tendo por base a situação física do imóvel ao encerrar-se o exercício anterior.

**Parágrafo único** - A alteração do lançamento decorrente de modificação ocorrida durante o exercício, será procedida:

I - a partir do mês seguinte:

a) ao da expedição da Carta de Habitação ou da ocupação do prédio, quando esta ocorrer antes;

b) ao do aumento, demolição ou destruição.

II - a partir do exercício seguinte:

a) ao da expedição da Carta de Habitação, quando se tratar de reforma, restauração de prédio que não resulte em nova inscrição ou, quando resultar, não constitua aumento de área;

b) ao da ocorrência ou da constatação do fato, nos casos de construção interdita, condenada ou em ruínas;

c) no caso de loteamento, desmembramento ou unificação de terrenos ou prédios.

**Art. 21** - O lançamento será feito em nome sob o qual estiver o imóvel no Cadastro Imobiliário.

**Parágrafo único** - Em se tratando de co-propriedade, constarão na ficha de cadastro os nomes de todos os co-proprietários, sendo o conhecimento emitido em nome de um deles, com a designação de "outros" para os demais.



## **CAPÍTULO II**

### ***Do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza***

#### **SEÇÃO I**

##### ***Da Incidência***

**Art. 22** - O imposto sobre serviços de qualquer natureza é devido pela pessoa física ou jurídica **tomador dos serviços e ou, prestador dos serviços**, com ou sem estabelecimento fixo; **a responsabilidade pelo crédito tributário será do tomador dos serviços, vinculado ao fato gerador da respectiva obrigação, atribuindo em caráter supletivo do cumprimento total da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais. Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.**

**§ 1.º** - O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

**§ 2.º** \_ Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionadas não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

**§ 3.º** \_ O imposto de que trata este Capítulo incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

**§ 4.º** \_ A incidência do imposto não depende da denominação dada ao serviço prestado.

**§ 5.º** \_ Sem prejuízo do disposto no caput deste artigo, são responsáveis:

**I) \_ o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;**

**II ) \_ a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05 e 17.10 da lista anexa.**

***Parágrafo único*** - Para os efeitos deste artigo, considere-se serviço, nos termos da legislação federal pertinente:

**1 \_ SERVIÇO DE INFORMÁTICA E CONGÊNERES..**

**1.01\_ Análise e desenvolvimento de sistemas.**

**1.02\_ Programação.**

**1.03\_ Processamento de dados e congêneres.**

**1.04\_ Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.**

**1.05\_ Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.**

**1.06\_ Assessoria e consultoria em informática.**

**1.07\_ Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.**

**1.08\_ Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.**

**2 \_ SERVIÇO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE QUALQUER NATUREZA.**

**2.01\_ Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.**

**3 \_ SERVIÇOS PRESTADOS MEDIANTE LOCAÇÃO, CESSÃO DE DIREITO DE USO E CONGÊNERES.**

**3.01\_ (VETADO) ( Locação de bens móveis).**

**3.02\_ Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.**

**3.03\_ Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, par-**

ques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.

**3.04\_ Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.**

**3.05\_ Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.**

#### **4 – SERVIÇOS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA MÉDICA E CONGÊNERES.**

**4.01\_ Medicina e Biomedicina.**

**4.02\_ Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.**

**4.03\_ Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.**

**4.04\_ Instrumentação cirúrgica.**

**4.05\_ Acupuntura.**

**4.06\_ Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.**

**4.07\_ Serviço farmacêuticos.**

**4.08\_ Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.**

**4.09\_ Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.**

**4.10\_ Nutrição.**

**4.11\_ Obstetrícia.**

**4.12\_ Odontologia.**

**4.13\_ Ortóptica.**

**4.14\_ Próteses sob encomenda.**

**4.15\_ Psicanálise.**

**4.16\_ Psicologia.**

**4.17\_ Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.**

**4.18\_Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.**

**4.19\_Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.**

**4.20\_Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.**

**4.21\_Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.**

**4.22\_Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.**

**4.23\_Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.**

## **5 \_ SERVIÇOS DE MEDICINA E ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA E COMGÊNERES.**

**5.01\_Medicina veterinária e zootecnia.**

**5.02\_Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.**

**5.03\_Laboratórios de análise na área veterinária.**

**5.04\_Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.**

**5.05\_Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.**

**5.06\_Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.**

**5.07\_Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.**

**5.08\_Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.**

**5.09\_Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.**

## **6 \_ SERVIÇOS DE CUIDADOS PESSOAIS, ESTÉTICA, ATIVIDADES FÍSICAS E CONGÊNERES.**

**6.01\_Barbearia, cabeleireiros, manicures, pedicures e congêneres.**

**6.02\_ Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.**

**6.03\_ Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.**

**6.04\_ Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.**

**6.05\_ Centros de emagrecimento, spa e congêneres.**

**7 - SERVIÇOS RELATIVOS A ENGENHARIA, ARQUITETURA, GEOLOGIA, URBANISMO, CONSTRUÇÃO CIVIL, MANUTENÇÃO, LIMPEZA, MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E CONGÊNERES.**

**7.01\_ Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.**

**7.02\_ Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).**

**7.03\_ Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.**

**7.04\_ Demolição.**

**7.05\_ Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres ( exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).**

**7.06\_ Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de paredes, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.**

**7.07\_ Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.**

**7.08\_ Calafetação.**

**7.09\_ Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.**

**7.10\_Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.**

**7.11\_Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.**

**7.12\_Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.**

**7.13\_Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.**

**7.14\_VETADO ( Saneamento ambiental, inclusive purificação, tratamento, esgotamento sanitário e congêneres).**

**7.15\_VETADO (Tratamento e purificação de água.**

**7.16\_Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres.**

**7.17\_Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.**

**7.18\_Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.**

**7.19\_Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.**

**7.20\_Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.**

**7.21\_Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.**

**7.22\_Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.**

**8 \_ SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, ENSINO, ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E EDUCACIONAL, INSTRUÇÃO, TREINAMENTO E AVALIAÇÃO PESSOAL DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA.**

**8.01\_Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.**

**8.02\_Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.**

**9 \_ SERVIÇOS RELATIVOS A HOSPEDAGEM, TURISMO, VIAGEM E CONGÊNERES.**

**9.01\_Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência-service, suíte service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviço).**

**9.02\_Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.**

**9.03\_Guias de turismo.**

**a) \_ SERVIÇOS DE INTERMEDIÇÃO E CONGÊNERES.**

**10.01\_Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.**

**10.02\_Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.**

**10.03\_Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.**

**10.04\_Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).**

**10.05\_Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou sub itens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.**

**10.06-Agenciamento marítimo.**

**10.07\_Agenciamento de notícias.**

**10.08\_Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.**

**10.09\_Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.**

**10.10\_Distribuição de bens de terceiros.**

**11 \_ SERVIÇOS DE GUARDA, ESTACIONAMENTO, ARMAZENAMENTO, VIGILÂNCIA E CONGÊNERES.**

**11.01\_Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.**

**11.02\_Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.**

**11.03\_Escolta, inclusive de veículos e cargas.**

**11.04\_Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.**

**a) \_ SERVIÇOS DE DIVERSÕES, LAZER, ENTRETENIMENTO E COMGÊNERES.**

**12.01\_Espetáculos teatrais.**

**12.02\_Exibições cinematográficas.**

**12.03\_Espetáculos circenses.**

**12.04\_Programas de auditório.**

**12.05\_Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.**

**12.06\_Boates, táxi-dancing e congeners.**

**12.07\_Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, operas, concertos, recitais, festivais e congêneres.**

**12.08\_Feiras, exposições, congressos e congêneres.**

**12.09\_Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.**

**12.10\_Corridas e competições de animais.**

**12.11\_Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.**

**12.12\_Execução de música.**

**12.13\_Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.**

**12.14\_Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.**

**12.15\_Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.**



**12.16\_Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.**

**12.17\_Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.**

**13 \_ SERVIÇOS RELATIVOS A FONOGRAFIA, FOTOGRAFIA, CINEMATOGRAFIA E REPROGRAFIA.**

**13.01\_ VETADO ( Produção, gravação, edição, legendagem e distribuição de filmes, vídeo-tapes, discos, fitas cassete, compact disc, digital vídeo disc e congêneres).**

**13.02\_Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.**

**13.03\_Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.**

**13.04\_Reprografia, microfilmagem e digitalização.**

**13.05\_Composição gráfica, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia, fotolitografia.**

**14. \_ SERVIÇOS RELATIVOS A BENS DE TERCEIROS.**

**14.01\_Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).**

**14.02\_Assistência técnica.**

**14.03\_Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).**

**14.04\_Recauchutagem ou regeneração de pneus.**

**14.05\_Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.**

**14.06\_Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.**

**14.07\_Colocação de molduras e congêneres.**

**14.08\_Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.**

**14.09\_Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.**

**14.10\_Tinturaria e lavanderia.**

**14.11\_Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.**

**14.12\_Funilaria e lanternagem.**

**14.13\_Carpintaria e serralheria.**

**15.\_ SERVIÇOS RELACIONADOS AO SETOR BANCÁRIO OU FINANCEIRO, INCLUSIVE AQUELES PRESTADOS PO INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELA UNIÃO OU POR QUEM DE DIREITO.**

**15.01\_Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.**

**15.02\_Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.**

**15.03\_Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.**

**15.04\_Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.**

**15.05\_Cadastro, elaboração de fichas cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em qualquer outros bancos cadastrais.**

**15.06\_Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.**

**15.07\_Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a**

terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.

15.08\_ Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.

15.09\_ Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

15.10\_ Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.

15.11\_ Devolução de títulos, protestos de títulos, sustação de protestos, manutenção de títulos, representação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.

15.12\_ Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.

15.13\_ Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.

15.14\_ Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.

15.15\_ Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.

15.16\_ Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; servi-

ços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.

15.17\_ Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.

15.18\_ Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.

## 16. \_SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE NATUREZA MUNICIPAL.

16.01\_ Serviços de transporte de natureza municipal.

17. \_SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO, ADMINISTRATIVO, JURÍDICO, CONTÁBIL, COMERCIAL E CONGÊNERES.

17.01\_ Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.

17.02\_ Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.

17.03\_ Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.

17.04\_ Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.

17.05\_ Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

17.06\_ Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.

17.07\_ VETADO (Veiculação e divulgação de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, por qualquer meio).

17.08\_ Franquia (franchiseng)

**17.09\_Perícia, laudos, exames técnicos e análises técnicas.**

**17.10\_Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.**

**17.11\_Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).**

**17.12\_Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.**

**17.13\_Leilão e congêneres.**

**17.14\_Advocacia.**

**17.15\_Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.**

**17.16\_Auditoria.**

**17.17\_Análise de Organização e Métodos.**

**17.18\_Atuação e cálculos técnicos de qualquer natureza.**

**17.19\_Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.**

**17.20\_Consultoria e assessoria econômica ou financeira.**

**17.21\_Estatística.**

**17.22\_Cobrança em geral.**

**17.23\_Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).**

**17.24\_Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.**

**18. \_SERVIÇOS DE REGULAÇÃO DE SINISTROS VINCULADOS A CONTRATOS DE SEGUROS; INSPEÇÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS PARA COBERTURA DE CONTRATOS DE SEGUROS; PREVENÇÃO E GERÊNCIA DE RISCOS SEGURÁVEIS E CONGÊNERES.**

**18.01\_Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.**

**19.\_ \_SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO E VENDA DE BILHETES E DEMAIS PRODUTOS DE LOTERIA, BINGOS, CARTÕES, PULES OU CUPONS DE APOSTAS,**

**SORTEIOS, PRÊMIOS, INCLUSIVE OS DECORRENTES DE TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO E CONGÊNERES.**

**19.01\_ Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.**

**20. \_SERVIÇOS PORTUÁRIOS, AEROPORTUÁRIOS, DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS, FERROVIÁRIOS E METROVIÁRIOS.**

**20.01\_ Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.**

**20.02\_ Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.**

**20.03\_ Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.**

**21. \_SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS, CARTÓRIOS E NOTARIAIS.**

**21.01\_ Serviços de registros públicos, cartórios e notariais.**

**22. \_SERVIÇOS DE EXPLORAÇÃO DE RODOVIA.**

**22.01\_ Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.**

**23. \_SERVIÇOS DE PROGRAMAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL, DESENHO INDUSTRIAL E CONGÊNERES.**

**23.01\_ Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.**

**24. \_ SERVIÇOS DE CHAVEIROS, CONFECÇÃO DE CARIMBOS, PLACAS, SINALIZAÇÃO VISUAL, BANNERS, ADESIVOS E CONGÊNERES.**

**24.01\_ Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.**

**25.\_ SERVIÇOS FUNERÁRIOS.**

**25.01\_ Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte de corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.**

**25.02\_ Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.**

**25.03\_ Planos ou convênio funerário.**

**25.04\_ Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.**

**26.\_ SERVIÇOS DE COLETA, REMESSA OU ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS, DOCUMENTOS, OBJETOS, BENS OU VALORES, INCLUSIVE PELOS CORREIOS E SUAS AGÊNCIAS FRANQUEADAS; COURRIER E CONGÊNERES.**

**26.01\_ Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.**

**27.\_ SERVIÇOS DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

**27.01\_ Serviços de assistência social.**

**28.\_ SERVIÇOS DE AVALIAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.**

**28.01\_ Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**

**29.\_ SERVIÇOS DE BIBLIOTECONOMIA.**

**29.01\_ Serviços de biblioteconomia.**

**30.\_ SERVIÇOS DE BIOLOGIA, BIOTECNOLOGIA E QUÍMICA.**

**30.01\_ Serviços de biologia, biotecnologia e química.**

**31.\_ SERVIÇOS TÉCNICOS EM EDIFICAÇÕES, ELETRÔNICA, ELETROTÉCNICA, MECÂNICA, TELECOMUNICAÇÕES E CONGENERES.**

**31.01\_Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**

**32.\_ SERVIÇOS DE DESENHOS TÉCNICOS.**

**32.01\_Serviços de desenhos técnicos.**

**33.\_ SERVIÇOS DE DESEMBARAÇO ADUANEIRO, COMISSÁRIOS, DESPACHANTES E CONGÊNERES.**

**33.01\_Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.**

**34.\_SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÕES PARTICULARES, DETETIVES E CONGÊNERES.**

**34.01\_Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**

**35.\_ SERVIÇOS DE REPORTAGEM, ASSESSORIA DE IMPRENSA, JORNALISMO E RELAÇÕES PÚBLICAS.**

**35.01\_Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**

**36.\_ SERVIÇOS DE METEOROLOGIA.**

**36.01\_Serviços de meteorologia.**

**37.\_ SERVIÇOS DE ARTISTAS, ATLETAS, MODELOS E MANEQUINS.**

**37.01\_Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**

**38.\_ SERVIÇOS DE MUSEOLOGIA.**

**38.01\_Serviços de museologia.**

**39.\_ SERVIÇOS DE OURIVESARIA E LAPIDAÇÃO.**

**39.01\_Serviços de ourivesaria e lapidação (Quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).**

**40.\_ SERVIÇOS RELATIVOS A OBRAS DE ARTE SOB ENCOMENDA.**

**40.01\_Obras de arte sob encomenda.**

**Art. 23 - O imposto não incide sobre:**



**I ) - Não são contribuintes os que prestem serviços com relação de emprego, os trabalhadores avulsos, os diretores e membros de conselho consultivo ou fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;**

**II ) – as exportações de serviços para o exterior do País;**

**III ) –o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.**

**Parágrafo Único \_ Não de enquadraram no disposto no inciso II os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.**

**§ 1.º - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos I a XXII, quando o imposto será devido no local:**

**I )- do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1.º do Art. 22 desta Lei;**

**II ) – da instalação de andaimes, palcos coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;**

**III ) – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;**

**IV ) – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;**

**V ) – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;**

**VI ) – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;**

**VII ) – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;**

**VIII ) – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;**

**IX ) –do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;**

**X ) – VETADO (da execução dos serviços de saneamento ambiental, purificação, tratamento, esgotamento sanitário e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.14 da lista anexa;**

**XI ) – VETADO ( do tratamento e purificação de água, no caso dos serviços descritos no subitem 7.15 da lista anexa;**

**XII ) –do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da lista anexa;**

**XIII ) –da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;**

**XIV ) –da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;**

**XV ) \_onde o bem estiver guardado ou estabelecido, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;**

**XVI ) \_dos bens ou do domicilio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;**

**XVII ) \_do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;**

**XVIII ) \_da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;**

**XIX ) \_do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo subitem 16.01 da lista anexa;**

**XX ) \_do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;**

**XXI ) \_da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir i planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;**

**XXII ) \_do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.**

**§ 2.º \_No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.**

**§ 3.º \_No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.**

**§ 3.º \_Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.**

**§ 4.º \_Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.**

**Art. 24 - A incidência do imposto independe:**

**I - do cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas, relativas a atividades, sem prejuízo das penalidades cabíveis;**

**II - do resultado financeiro obtido.**

## **SEÇÃO II**

### ***Da Base de Cálculo e Alíquotas***

**Art. 25** - A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

**§ 1º** - Quando se tratar de prestação de serviço sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto será calculado por meio de alíquotas fixas, ou variáveis, em função da natureza do serviço na forma da Tabela que constitui o Anexo I desta Lei.

**§ 2º** - Na prestação de serviços a que se referem o item 07 do parágrafo único do artigo 22, o imposto será calculado sobre o preço do serviço, deduzidas as parcelas correspondentes ao:

I - valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços, as quais incidirem o recolhimento de ICMS;

II - valor das subempreitadas já tributadas pelo imposto.

**§ 3º** - Quando os serviços a que se referem os itens **04 e 05**, do parágrafo único do art. 22, forem prestados por sociedades, estas ficarão sujeitas ao imposto calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

**§ 4º** - Na prestação do serviço a que se refere o item **22** do parágrafo único do artigo 22, o imposto é calculado sobre a parcela do preço correspondente à proporção direta da parcela da extensão da rodovia explorada, no território do Município, ou da extensão de ponte que una dois Municípios.

**§ 5º** - A base de cálculo apurada nos termos do parágrafo anterior:

I - é reduzida, nos Municípios onde não haja posto de cobrança de pedágio, para sessenta por cento de seu valor;

II - é acrescida, nos Municípios onde haja posto de cobrança de pedágio, do complemento necessário à sua integralidade em relação à rodovia explorada.

**§ 6°** - Para efeitos do disposto nos §§ 4° e 5° considera-se rodovia explorada o trecho limitado pelos pontos equidistantes entre cada posto de cobrança de pedágio ou entre o mais próximo deles e o ponto inicial ou terminal da rodovia.

**§ 7°** - A alíquota máxima de incidência do imposto de que trata a Lei Complementar nº **116 de 31 de Julho de 2003**, é fixada em **(05)** cinco por cento.

**Art. 26** - Considera-se local da prestação do serviço:

I - o do estabelecimento prestador ou, na falta de estabelecimento, o do domicílio do prestador;

II - no caso de construção civil, o local onde se efetuar a prestação;

III - no caso do serviço a que se refere o item **22** da Lista de Serviços, o Município em cujo território haja parcela da estrada explorada.

**Art. 27** - O contribuinte sujeito à alíquota variável escriturará, em livro de registro especial, dentro do prazo de 15 (quinze) dias no máximo, o valor diário dos serviços prestados, bem como emitirá, para cada usuário, uma nota simplificada, de acordo com os modelos aprovados pela Fazenda Municipal.

**Parágrafo único** - Quando a natureza da operação, ou as condições em que se realizar, tornarem impraticável ou desnecessária a emissão de nota de serviço, a juízo da Fazenda Municipal, poderá ser dispensado o contribuinte das exigências deste artigo, calculando-se o imposto com base na receita estimada ou apurada na forma que for estabelecida em regulamento.

**Art. 28** - Sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, a receita bruta poderá ser arbitrada pelo fisco municipal, levando em consideração os preços adotados em atividades semelhantes, nos casos em que:

I - o contribuinte não exibir à fiscalização os elementos necessários a comprovação de sua receita, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros ou documentos fiscais ou contábeis;

II - houver fundadas suspeitas de que os documentos fiscais ou contábeis não reflitam a receita bruta realizada ou o preço real dos serviços;

III - o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro do ISSQN.

**Art. 29** - Quando a natureza do serviço prestado tiver enquadramento em mais de uma alíquota, o imposto será calculado pela de maior valor, salvo quando o contribuinte discriminar a sua receita, de forma a possibilitar o cálculo pelas alíquotas em que se enquadrar.

**Art. 30** - A atividade não prevista na tabela será tributada de conformidade com a atividade que apresentar com ela maior semelhança de características.

### **SEÇÃO III**

#### ***Da Inscrição***

**Art. 31** - Estão sujeitas à inscrição obrigatória no Cadastro do ISSQN as pessoas físicas ou jurídicas enquadradas no art. 22 ainda que imunes ou isentas do pagamento do imposto.

**Parágrafo único** - A inscrição será feita pelo contribuinte ou seu representante legal antes do início da atividade.

**Art. 32** - Far-se-á a inscrição de ofício quando não forem cumpridas as disposições contidas no artigo anterior.

**Art. 33** - Para efeito de inscrição, constituem atividades distintas as que:

I - exercidas no mesmo local, ainda que sujeitas à mesma alíquota, correspondam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II - embora exercidas pelo mesmo contribuinte, estejam localizadas em prédios distintos ou locais diversos;

III - estiverem sujeitas a alíquotas fixas e variáveis.

**Parágrafo único** - Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contíguos, com comunicação interna, nem em vários pavimentos de um mesmo imóvel.

**Art. 34** - Sempre que se alterar o nome, firma, razão ou denominação social, localização ou, ainda, a natureza da atividade e quando esta acarretar enquadramento em alíquotas distintas, deverá ser feita a devida comunicação à Fazenda Municipal, dentro do prazo de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo único** - O não cumprimento do disposto neste artigo determinará a alteração de ofício.

**Art. 35** - A cessação da atividade será comunicada no prazo de 30 (trinta) dias, por meio de requerimento.

**§ 1º** - Dar-se-á baixa da inscrição após verificada a procedência da comunicação, observado o disposto no art. 41.

**§ 2º** - O não cumprimento da disposição deste artigo, importará em baixa de ofício.

**§ 3º** - A baixa da inscrição não importará na dispensa do pagamento dos tributos devidos, inclusive, os que venham a ser apurados mediante revisão dos elementos fiscais e contábeis, pelo agente da Fazenda Municipal.

## **SEÇÃO IV**

### ***Do Lançamento***

**Art. 36** - O imposto é lançado com base nos elementos do Cadastro Fiscal e, quando for o caso, nas declarações apresentadas pelo contribuinte, por meio da guia de recolhimento mensal.

**Art. 37** - No caso de início de atividade sujeita à alíquota fixa, o lançamento corresponderá a tantos duodécimos do valor fixado na tabela, quantos forem os meses do exercício, a partir, inclusive, daquele em que teve início.

**Art. 38** - No caso de atividade iniciada antes de ser promovida a inscrição, o lançamento retroagirá ao mês do início.

**Parágrafo único** - A falta de apresentação de guia de recolhimento mensal, no caso previsto no artigo 36, determinará o lançamento de ofício.

**Art. 39** - A receita bruta, declarada pelo contribuinte na guia de recolhimento mensal será posteriormente revista e complementada, promovendo-se o lançamento aditivo, quando for o caso.

**Art. 40** - No caso de atividade tributável com base no preço do serviço, tendo-se em vista as suas peculiaridades, poderão ser adotadas pelo fisco outras formas de lançamento, inclusive com a antecipação do pagamento do imposto por estimativa ou operação.

**Art. 41** - Determinada a baixa da atividade, o lançamento abrangerá o trimestre ou o mês em que ocorrer a cessação, respectivamente, para as atividades sujeitas à alíquota fixa e com base no preço do serviço.

**Art. 42** - A guia de recolhimento, referida no art. 36, será preenchida pelo contribuinte, e obedecerá ao modelo aprovado pela Fazenda Municipal.

**Art. 43** - O recolhimento será escriturado, pelo contribuinte, no livro de registro especial a que se refere o art. 27, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias.

### **CAPÍTULO III**

#### ***Do Imposto de Transmissão “Inter-Vivos” de Bens Imóveis***

#### **SEÇÃO I**

#### ***Da Incidência***

**Art. 44** - O imposto sobre a transmissão “inter-vivos”, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos, tem como fato gerador:

I - a transmissão, a qualquer título, da propriedade ou do domínio útil de bens imóveis por natureza ou acessão física, como definidos na lei civil;



sobre imóveis, exceto os de garantia;

**II** - a transmissão, a qualquer título, de direitos reais

**III** - a cessão de direitos relativos às transmissões referidas nos itens anteriores.

**Art. 45** - Considera-se ocorrido o fato gerador:

**I** - na adjudicação e na arrematação, na data da assinatura do respectivo auto;

**II** - na adjudicação sujeita a licitação e na adjudicação compulsória, na data em que transitar em julgado a sentença adjudicatória;

**III** - na dissolução da sociedade conjugal, relativamente ao que exceder à meação, na data em que transitar em julgado a sentença que homologar ou decidir a partilha;

**IV** - no usufruto de imóvel, decretado pelo Juiz da Execução, na data em que transitar em julgado a sentença que o constituir;

**V** - na extinção de usufruto, na data em que ocorrer o fato ou ato jurídico determinante da consolidação da propriedade na pessoa do nú-proprietário;

**VI** - na remissão, na data do depósito em juízo;

**VII** - na data da formalização do ato ou negócio jurídico:

**a)** na compra e venda pura ou condicional;

**b)** na dação em pagamento;

**c)** no mandato em causa própria e seus substabelecimentos;

**d)** na permuta;

**e)** na cessão de contrato de promessa de compra e venda;

**f)** na transmissão do domínio útil;

**g)** na instituição de usufruto convencional;

h) nas demais transmissões de bens imóveis ou de direitos reais sobre os mesmos, não previstas nas alíneas anteriores, incluídas a cessão de direitos à aquisição.

**Parágrafo único** - Na dissolução da sociedade conjugal, o excesso de meação, para fins do imposto, é o valor em bens imóveis, incluído no quinhão de um dos cônjuges, que ultrapasse 50% (cinquenta por cento) do total partilhável.

**Art. 46** - Consideram-se bens imóveis para fins de imposto:

I - o solo com sua superfície, os seus acessórios e adjacências naturais, compreendendo as árvores e os frutos pendentes, o espaço aéreo e o subsolo;

II - tudo quanto o homem incorporar permanentemente ao solo, como as construções e a semente lançada à terra, de modo que não se possa retirar sem destruição, modificação, fratura ou dano.

## **SEÇÃO II**

### ***Do Contribuinte***

**Art. 47** - Contribuinte do imposto é:

I - nas cessões de direito, o cedente;

II - na permuta, cada um dos permutantes em relação ao imóvel ou ao direito adquirido;

III - nas demais transmissões, o adquirente do imóvel ou do direito transmitido.

## **SEÇÃO III**

### ***Da Base de Cálculo e Alíquotas***

**Art. 48** - A base de cálculo do imposto é o valor venal do imóvel objeto da transmissão ou da cessão de direitos reais a ele relativos, no momento da avaliação fiscal.

**§ 1º** - Na avaliação fiscal dos bens imóveis ou dos direitos reais a eles relativos, poderão ser considerados, dentre outros elementos, os valores correspondentes das transações de bens da mesma natureza no mercado imobiliário, valores de cadastro, declaração do contribuinte na guia de imposto, características do imóvel como forma, dimensões, tipo, utilização, localização, estado de conservação, custo unitário de construção, infraestrutura urbana, e valores das áreas vizinhas ou situadas em zonas economicamente equivalentes.

**§ 2º** - A avaliação prevalecerá pelo prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que tiver sido realizada, findos os quais, sem o pagamento do imposto, deverá ser feita nova avaliação.

**Art. 49** - São, também, bases de cálculo do imposto:

I - o valor venal do imóvel aforado, na transmissão do domínio útil;

II - o valor venal do imóvel objeto de instituição ou de extinção de usufruto;

III - a avaliação fiscal ou o preço pago, se este for maior, na arrematação e na adjudicação de imóvel.

**Art. 50** - Não se inclui na avaliação fiscal do imóvel o valor da construção nele executada pelo adquirente e comprovada mediante exibição dos seguintes documentos:

I - projeto aprovado e licenciado para a construção;

II - notas fiscais do material adquirido para a construção;

III - por quaisquer outros meios de provas idôneas, a critério do Fisco.

**Art. 51** - A alíquota do imposto é:

I - nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro da Habitação:

a) sobre o valor efetivamente financiado: 0,5%

(meio por cento);

**b)** sobre o valor restante: 2% (dois por cento);

**II** - nas demais transmissões: 2% (dois por cento).

**§ 1º** - A adjudicação de imóvel pelo credor hipotecário ou a sua arrematação por terceiro estão sujeitas à alíquota de 2% (dois por cento), mesmo que o bem tenha sido adquirido, antes da adjudicação, com financiamento do Sistema Financeiro de Habitação.

**§ 2º** - Considera-se como parte financiada, para fins de aplicação da alíquota de 0,5% (meio por cento), o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS liberado para a aquisição do imóvel.

#### **SEÇÃO IV**

##### ***Da Não Incidência***

**Art. 52** - O imposto não incide:

**I** - na transmissão do domínio direto ou da nu-propriedade;

**II** - na desincorporação dos bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, quando reverterem aos primitivos alienantes;

**III** - na transmissão ao alienante anterior, em razão do desfazimento da alienação condicional ou com pacto comissório, pelo não-cumprimento da condição ou pela falta de pagamento do preço;

**IV** - na retrovenda e na volta dos bens ao domínio do alienante em razão da compra e venda com pacto de melhor comprador;

**V** - na usucapião;

**VI** - na extinção de condomínio, sobre o valor que não exceder ao da quota-parte de cada condômino;

**VII** - na transmissão de direitos possessórios;

**VIII** - na promessa de compra e venda;

**IX** - na incorporação de bens ou de direitos a eles relativos, ao patrimônio da pessoa jurídica, para integralização de cota de capital;

**X** - na transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, decorrente de fusão, incorporação ou extinção de pessoa jurídica.

**§ 1º** - O disposto no inciso II, deste artigo, somente tem aplicação se os primitivos alienantes receberem os mesmos bens ou direitos em pagamento de sua participação, total ou parcial, no capital social da pessoa jurídica.

**§ 2º** - As disposições dos incisos IX e X deste artigo não se aplicam quando a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

**§ 3º** - Considera-se caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente, nos 2 (dois) anos seguintes à aquisição, decorrer de vendas, administração ou cessão de direitos à aquisição de imóveis.

**§ 4º** - Verificada a preponderância a que se referem os parágrafos anteriores, tornar-se-á devido o imposto nos termos da lei vigente à data da aquisição e sobre o valor atualizado do imóvel ou dos direitos sobre eles.

## **SEÇÃO V**

### ***Das Obrigações de Terceiros***

**Art. 53** - Não poderão ser lavrados, transcritos, registrados ou averbados, pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis, os atos e termos de sua competência, sem prova de pagamento do imposto devido, ou do reconhecimento da imunidade, da não incidência e da isenção.

**§ 1º** - Tratando-se de transmissão de domínio útil, exigir-se-á, também, a prova de pagamento do laudêmio e da concessão da licença quando for o caso.

**§ 2º** - Os Tabeliães ou os Escrivães farão constar, nos atos e termos que lavrarem, a avaliação fiscal, o valor do imposto, a data de seu pagamento e o número atribuído à guia pela Secretaria Municipal da Fazenda ou, se for o caso, a identificação do

documento comprobatório do reconhecimento da imunidade, da não incidência e da isenção tributária.

### **TÍTULO III**

### **DAS TAXAS**

### **CAPÍTULO I**

#### ***Da Taxa de Expediente***

#### **SEÇÃO I**

#### ***Da Incidência***

**Art. 54** - A Taxa de Expediente é devida por quem se utilizar de serviço do Município que resulte na expedição de documentos ou prática de ato de sua competência.

**Art. 55** - A expedição de documentos ou a prática de ato referidos no artigo anterior será sempre resultante de pedido escrito ou verbal.

**Parágrafo único** - A taxa será devida:

I - por requerimento, independentemente de expedição de documento ou prática de ato nele requerido;

II - tantas vezes quantas forem as providências que, idênticas ou semelhantes, sejam individualizadas;

III - por inscrição em concurso;

IV - outras situações não especificadas.

#### **SEÇÃO II**

#### ***Da Base de Cálculo e Alíquotas***

**Art. 56** - A Taxa, diferenciada em função da natureza do documento ou ato administrativo que lhe der origem, é calculada com base nas alíquotas constantes da Tabela que constitui o ANEXO II desta Lei.

### **SEÇÃO III**

#### ***Do Lançamento e Arrecadação***

**Art. 57** - A Taxa de Expediente será lançada e arrecadada simultaneamente com a entrada do requerimento ou previamente à expedição do documento ou prática do ato requerido.

### **CAPÍTULO II**

#### ***Da Taxa de Coleta de Lixo***

### **SEÇÃO I**

#### ***Da Incidência***

**Art. 58** - A Taxa de Coleta de Lixo é devida pelo proprietário ou titular do domínio útil ou da posse de imóvel situado em zona beneficiada, efetiva ou potencialmente, pelo serviço de coleta de lixo.

### **SEÇÃO II**

#### ***Da Base de Cálculo***

**Art. 59** - A Taxa, diferenciada em função do custo presumido do serviço, é calculada por alíquotas fixas em VRM, tendo por base o volume de resíduos, relativamente a cada economia predial ou territorial, na forma da Tabela anexa que constituiu o ANEXO III, desta Lei.

### **SEÇÃO III**

## ***Do Lançamento e Arrecadação***

**Art. 60** - O lançamento da Taxa de Coleta de Lixo será feito anualmente e sua arrecadação se processará juntamente com o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.

**Parágrafo único** - Nos casos em que o serviço seja instituído no decorrer do exercício, a taxa será cobrada e lançada a partir do mês seguinte ao do início da prestação dos serviços, em conhecimento próprio ou cumulativamente com a do ano subsequente.

### **CAPÍTULO III**

#### ***Das Taxas de Licença de Localização e de***

#### ***Atividade Ambulante***

### **SEÇÃO I**

#### ***Da Incidência e Licenciamento***

**Art. 61** - A Taxa de Licença de Localização de Estabelecimento é devida pela pessoa física ou jurídica que, no Município, se instale para exercer atividade comercial, industrial ou de prestação de serviço de caráter permanente, eventual ou transitório.

**Parágrafo Único** - Ficam isentos do recolhimento da taxa de licença de localização de estabelecimento, as pessoas físicas com atividade de Alfaiate, Costureira(o) e Pintor, desde que comprovarem o faturamento bruto não superior a 02 (dois) salários mínimos vigentes.

**Art. 62** - Nenhum estabelecimento poderá se localizar, nem será permitido o exercício de atividade ambulante, sem a prévia licença do Município.

**§ 1º** - Entende-se por atividade ambulante a exercida em tendas, trailers ou estandes, veículos automotores, de tração animal ou manual, inclusive quando localizados em feiras.

**§ 2º** - A licença é comprovada pela posse do respectivo Alvará, o qual será:



I - colocado em lugar visível do estabelecimento, tenda, trailer ou estandes;

II - conduzida pelo titular (beneficiário) da licença quando a atividade não for exercida em local fixo.

§ 3º - A licença abrangerá todas as atividades, desde que exercidas em um só local por um só meio e pela mesma pessoa física ou jurídica.

§ 4º - Deverá ser requerida no prazo de 30 (trinta) dias a alteração de nome, firma, razão social, localização ou atividade.

§ 5º - A cessação da atividade será comunicada no prazo de 30 (trinta) dias para efeito de baixa.

§ 6º - Dar-se-á a baixa após verificada a procedência da comunicação, e, na falta desta, a baixa será promovida de ofício uma vez constatado o encerramento da atividade.

## **SEÇÃO II**

### ***Da Base de Cálculo e Alíquota***

**Art. 63** - A Taxa, diferenciada em função da natureza da atividade, é calculada por alíquotas fixas, tendo por base o VRM, na forma da Tabela que constitui o ANEXO IV desta Lei.

## **SEÇÃO III**

### ***Do Lançamento e Arrecadação***

**Art. 64** - A Taxa será lançada:

I - em relação à Licença de Localização, simultaneamente com a arrecadação, seja ela decorrente de solicitação do contribuinte ou ex-ofício;

II - em relação aos Ambulantes e atividades similares, simultaneamente com a arrecadação, no momento da concessão do Alvará.

## **CAPÍTULO IV**

### ***Da Taxa de Fiscalização e Vistoria***

## **SEÇÃO I**

### ***Da Incidência***

**Art. 65** - A Taxa de Fiscalização ou Vistoria é devida pelas verificações do funcionamento regular, e pelas diligências efetuadas em estabelecimento de qualquer natureza, visando ao exame das condições iniciais da licença.

## **SEÇÃO II**

### **Da Base de Cálculo e Alíquotas**

**Art. 66** - A Taxa, diferenciada em função da natureza da atividade, é calculada por alíquotas fixas, tendo por base o VRM, na forma da Tabela que constitui o ANEXO V desta Lei.

## **SEÇÃO III**

### **Do Lançamento e Arrecadação**

**Art. 67** - A taxa será lançada sempre que o competente órgão municipal proceder, nos termos do art. 65, verificação ou diligência quanto ao funcionamento do estabelecimento, realizando-se a arrecadação até trinta (30) dias após a notificação da prática do ato administrativo.

**Parágrafo único** - Salvo quando houver denúncia ou conhecimento pela autoridade ou agente municipal de irregularidade em estabelecimento, a fiscalização mediante vistoria será realizada periodicamente, segundo calendário a ser baixado em norma regulamentar.

## **CAPÍTULO V**

### ***Da Taxa de Licença para Execução de Obras***

## **SEÇÃO I**

### ***Incidência e Licenciamento***

**Art. 68** - A Taxa de Licença para Execução de Obras é devida pelo contribuinte do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial, cujo imóvel receba a obra objeto do licenciamento.

**Parágrafo único** - A Taxa incide ainda, sobre:

- I - a fixação do alinhamento;
- II - aprovação ou revalidação do projeto;
- III - a prorrogação de prazo para execução de obra;
- IV - a vistoria e a expedição da Carta de Habitação;
- V - aprovação de parcelamento do solo urbano.

**Art. 69** - Nenhuma obra de construção civil será iniciada sem projeto aprovado e prévia licença do Município.

**Parágrafo único** - A licença para execução de obra será comprovada mediante o respectivo Alvará.

## **SECÃO II**

### ***Da Base de Cálculo e Alíquotas***

**Art. 70** - A Taxa, diferenciada em função da natureza do ato administrativo, é calculada por alíquotas fixas, tendo por base o VRM na forma da Tabela que constitui o ANEXO V desta Lei.

## **SECÃO III**

### ***Do Lançamento e Arrecadação***

**Art. 71** - A Taxa será lançada e arrecadada no ato do protocolo do pedido ou previamente à expedição e entrega do documento pertinente ao ato administrativo objeto do pedido do contribuinte.

**TÍTULO IV**  
**DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**  
**CAPÍTULO ÚNICO**  
**DOS ELEMENTOS DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**  
**SEÇÃO I**

***Do Fato Gerador, Incidência e Cálculo***

**Art. 72** - A Contribuição de Melhoria, regulada pela presente Lei, tem como fato gerador a realização, pelo Município, de obra pública da qual resulte valorização dos imóveis por ela beneficiados.

**Parágrafo único** - Considera-se ocorrido o fato gerador da Contribuição de Melhoria na data de conclusão da obra referida neste artigo.

**Art. 73** - A Contribuição de Melhoria será devida em virtude da realização de qualquer das seguintes obras públicas:

**I** - abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgotos pluviais e outros melhoramentos em praças e vias públicas;

**II** - construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos;

**III** - construção ou ampliação de sistemas de trânsito rápido, inclusive todas as obras e edificações necessárias ao funcionamento do sistema;

**IV** - serviços e obras de abastecimento de água potável, esgotos sanitários, instalações de redes elétricas, telefônicas, de transportes e instalações de comodidade pública;

**V** - proteção contra secas, inundações, erosão, ressacas e obras de saneamento e drenagem em geral, diques, canais, desobstrução de portos, barras e canais d'água, retificação e regularização de cursos d'água e irrigação;

**VI** - construção, pavimentação e melhoramento de estradas de rodagem;

VII - construção de aeródromos e aeroportos e seus acessos;

VIII - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico;

IX - outras obras realizadas que valorizem os imóveis beneficiados.

**Parágrafo único** - As obras elencadas no caput poderão ser executadas pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta do Poder Público Municipal ou empresas por ele contratadas.

## **SEÇÃO II**

### ***Do Sujeito Passivo***

**Art. 74** - O sujeito passivo da obrigação tributária é o titular do imóvel, direta ou indiretamente, beneficiado pela execução da obra.

**Art. 75** - Para efeitos desta Lei, considera-se titular do imóvel o proprietário, o detentor do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se esta responsabilidade aos adquirentes e sucessores, a qualquer título.

§ 1.º - No caso de enfiteuse ou aforamento, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta ou foreiro.

§ 2.º - Os bens indivisos serão lançados em nome de um só dos proprietários, tendo o mesmo o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 3.º - Quando houver condomínio, quer de simples terreno quer com edificações, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

**Art. 76** - A Contribuição de Melhoria será cobrada dos titulares de imóveis de domínio privado, salvo as exceções previstas nesta Lei.

## **SEÇÃO III**

### ***DO CÁLCULO***

**Art. 77** - A Contribuição de Melhoria tem como Limite Total a despesa realizada com a execução da obra e, como Limite Individual, o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

**Parágrafo único** - Na verificação do custo da obra serão computadas as despesas de estudos, projetos, fiscalização, desapropriação, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outros de praxe em financiamento ou empréstimos, bem como demais investimentos a ela imprescindíveis, e terá a sua expressão monetária atualizada, na época do lançamento, mediante a aplicação de coeficientes de correção monetária.

**Art. 78** - Para o cálculo da Contribuição de Melhoria, a Administração procederá da seguinte forma:

**I** - definirá, com base nas leis que estabelecem o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, as obras ou sistema de obras a serem realizadas e que, por sua natureza e alcance, comportarem a cobrança do tributo, lançando em planta própria sua localização;

**II** - elaborará o memorial descritivo de cada obra e o seu orçamento detalhado de custo, observado o disposto no parágrafo único do art. 6º;

**III** - delimitará, na planta a que se refere o inciso I, a zona de influência do obra, para fins de relacionamento de todos os imóveis que, direta ou indiretamente, sejam por ela beneficiados;

**IV** - relacionará, em lista própria, todos os imóveis que se encontrarem dentro da área delimitada na forma do inciso anterior, atribuindo-lhes um número de ordem;

**V** - fixará, por meio de avaliação, o valor de cada um dos imóveis constantes da relação a que se refere o inciso IV, independentemente dos valores que constarem do cadastro imobiliário fiscal, sem prejuízo de consulta a este quando estiver atualizado em face do valor de mercado;

**VI** - estimará, por intermédio de novas avaliações, o valor que cada imóvel terá após a execução da obra, considerando a influência do melhoramento a realizar na formação do valor do imóvel;

**VII** - lançará, na relação a que se refere o inciso IV, em

duas colunas separadas e na linha correspondente à identificação de cada imóvel, os valores fixados na forma do inciso V e estimados na forma do inciso VI;

**VIII** - lançará, na relação a que se refere o inciso IV, em outra coluna na linha de identificação de cada imóvel, a valorização decorrente da execução da obra, assim entendida a diferença, para cada imóvel, entre o valor estimado na forma do inciso VI e o fixado na forma do inciso V;

**IX** - somará as quantias correspondentes a todas as valorizações, obtidas na forma do inciso anterior;

**X** - definirá, nos termos desta Lei, em que proporção o custo da obra será recuperado através de cobrança da Contribuição de Melhoria;

**XI** - calculará o valor da Contribuição de Melhoria devida pelos titulares de cada um dos imóveis constantes da relação a que se refere o inciso IV, multiplicando o valor de cada valorização (inciso VIII) pelo índice ou coeficiente resultante da divisão da parcela do custo a ser recuperado (inciso X) pelo somatório das valorizações (inciso IX);

**Parágrafo único** - A parcela do custo da obra a ser recuperada não será superior à soma das valorizações, obtida na forma do inciso IX deste artigo.

**Art. 79** - A percentagem do custo da obra a ser cobrada como Contribuição de Melhoria, a que se refere o inciso X do artigo anterior, observado o seu parágrafo único, não será inferior a 70% (setenta por cento).

**§1º** - Para a definição da percentagem do custo da obra a ser cobrada como Contribuição de Melhoria, entre o teto e o limite mínimo estabelecido no “caput” deste artigo, o Poder Público realizará audiência pública para a qual deverão ser convocados todos os titulares de imóveis situados na zona de influência, regendo-se a consulta nela realizada pelo disposto em regulamento.

**§ 2º** - Lei específica, tendo em vista a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades predominantes e o nível de desenvolvimento da zona considerada poderá estabelecer percentagem de recuperação do custo da obra inferior ao previsto no “caput” deste artigo.

**Art. 80** - Para os efeitos do inciso III do art. 78, a zona de influência da obra será determinada em função do benefício direto e indireto que dela resultar para os titulares de imóveis nela situados.

§ 1º - Serão incluídos na zona de influência imóveis não diretamente beneficiados, sempre que a obra pública lhes melhore as condições de acesso ou lhes confira outro benefício.

§ 2º - Salvo prova em contrário, presumir-se-á índice de valorização decrescente constante para os imóveis situados na área adjacente à obra, a partir de seus extremos, considerando-se intervalos mínimos lineares a partir do imóvel mais próximo ao mais distante.

§ 3º - O valor da Contribuição de Melhoria pago pelos titulares de imóveis não diretamente beneficiados, situados na área de influência de que trata este artigo, será considerado quando da apuração do tributo em decorrência de obra igual que os beneficiar diretamente, mediante compensação na forma estabelecida em regulamento.

§ 4º - Serão excluídos da zona de influência da obra os imóveis já beneficiados por obra da mesma natureza, cujos titulares tenham pago Contribuição de Melhoria dela decorrente, pelo critério do custo.

**Art. 81** - Na apuração da valorização dos imóveis beneficiados, as avaliações a que se referem os incisos V e VI do artigo 78 serão procedidas levando em conta a situação do imóvel na zona de influência, sua área, testada, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente, mediante a aplicação de métodos e critérios usualmente utilizados na avaliação de imóveis para fins de determinação de seu valor venal.

**Parágrafo único – A metodologia e critérios a que se refere este artigo serão explicitados em regulamento.**

#### **SEÇÃO IV**

#### ***DA COBRANÇA (E LANÇAMENTO)***

**Art. 82** - Para a cobrança da Contribuição de Melhoria a Administração publicará edital, contendo, entre outros julgados convenientes, os seguintes elementos:

I - delimitação das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;

II - memorial descritivo do projeto;



**III** – orçamento total ou parcial do custo das obras;

**IV** – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

**Art. 83** - Os titulares de imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras, relacionadas na lista própria a que se refere o inciso IV do art. 78, têm o prazo de trinta (30) dias, a começar da data de publicação do edital referido no artigo anterior, para a impugnação de qualquer dos elementos dele constantes, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

**§ 1.º** - A impugnação deverá ser dirigida à autoridade fazendária, através de petição escrita, indicando os fundamentos ou razões que a embasam, e determinará a abertura do processo administrativo, o qual reger-se-á pelo disposto neste Código Tributário Municipal.

**§ 2.º** - A impugnação não suspende o início ou prosseguimento das obras, nem obsta à Administração a prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

**§ 3.º** - O disposto neste artigo aplica-se também aos casos de cobrança de Contribuição de Melhoria por obras públicas em execução, constantes de projeto ainda não concluído.

**Art. 84** - Executada a obra de melhoramento na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Público Municipal procederá os atos administrativos necessários à realização do lançamento do tributo no que se refere a esses imóveis, em conformidade com o disposto neste Capítulo.

**Parágrafo único** - O lançamento será precedido da publicação de edital contendo o demonstrativo do custo efetivo, total ou parcial, da obra realizada.

**Art. 85** - O órgão encarregado do lançamento deverá escriturar, em registro próprio, o valor da Contribuição de Melhoria correspondente a cada imóvel, notificando o sujeito passivo, pessoalmente, do lançamento do tributo, por intermédio de servidor público ou aviso postal.

**§ 1.º** - Considera-se efetiva a notificação pessoal quando for entregue no endereço indicado pelo contribuinte, constante do cadastro imobiliário utilizado, pelo Município, para o lançamento do IPTU.

§ 2.º - A notificação referida no *caput* deverá conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

I - referência à obra realizada e ao edital mencionado no art. 82;

II - de forma resumida:

a) o custo total ou parcial da obra;

b) parcela do custo da obra a ser ressarcida;

III - o valor da Contribuição de Melhoria relativo ao imóvel do contribuinte;

IV - o prazo para o pagamento, número de prestações e seus vencimentos;

V - local para o pagamento;

VI - prazo para impugnação, que não será inferior a 30 (trinta) dias.

§ 3º - Na ausência de indicação de endereço, na forma do § 1º, e de não ser conhecido, pela Administração, o domicílio do contribuinte, verificada a impossibilidade de entrega da notificação pessoal, o contribuinte será notificado do lançamento por edital, nele constando os elementos previstos no § 2.º.

**Art. 86** - Os contribuintes, no prazo que lhes for concedido na notificação de lançamento, poderão apresentar impugnação contra:

I - erro na localização ou em quaisquer outras características dos imóveis;

II - o cálculo do índice atribuído, na forma do inciso XI do art. 78;

III - o valor da Contribuição de Melhoria;

IV - o número de prestações.

**Parágrafo único** - A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo tributário de caráter contencioso.

## **SEÇÃO V**

### **DO PAGAMENTO**

**Art. 87** - A Contribuição de Melhoria será lançada em até **(tantas)** parcelas mensais, iguais e consecutivas, de tal modo que o montante anual dos respectivos valores não ultrapasse a três por cento (3%) do valor atualizado do imóvel, incluída a valorização decorrente da obra, nos termos do previsto no inciso XI do art. 78, desta Lei.

**§ 1º** - O valor das prestações poderá ser convertido em (VRM, URM, UFM...) em vigor na data do lançamento, cuja expressão monetária será observada na data do pagamento.

**§ 2º** - O contribuinte poderá optar:

I - pelo pagamento do valor total de uma só vez na data de vencimento da primeira prestação, hipótese em que será concedido desconto, **estabelecido em Lei Específica para tal exercício.**

II - pelo pagamento em número menor de parcelas do que o lançado com desconto proporcional em relação ao previsto no inciso anterior.

## **SEÇÃO VI**

### **DA NÃO INCIDÊNCIA**

**Art. 88** - Não incide a Contribuição de Melhoria em relação aos imóveis cujos titulares sejam a União, o Estado ou outros Municípios, bem como as suas autarquias e fundações, exceto aqueles prometidos à venda e os submetidos a regime de enfiteuse ou aforamento.

**Art. 89** - O tributo, igualmente, não incide nos casos de:

- ção;
- ros públicos;
- I - simples reparação e/ou recapeamento de pavimentação;
- II - alteração do traçado geométrico de vias e logradouros públicos;
- III - colocação de “meio-fio” e sarjetas.
- IV - obra realizada na zona rural, cujos imóveis beneficiados sejam dessa natureza, salvo quando disposto de outra forma em lei especial.
- V - obra realizada em loteamento popular de responsabilidade do Município.

## **SEÇÃO VII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 90** - Fica o Prefeito expressamente autorizado a, em nome do Município, firmar convênios com a União e o Estado para efetuar o lançamento e a arrecadação da Contribuição de Melhoria devida por obra pública federal ou estadual, cabendo ao Município percentagem na receita arrecadada.

**Art. 91** - O Município cobrará a Contribuição de Melhoria das obras em andamento, conforme prescrito neste Capítulo.

## **TÍTULO V**

### **DA NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÃO**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

##### ***Da Forma de Realização da Notificação e Intimação***

## **SEÇÃO I**

### ***Das Disposições Gerais***

**Art. 92** - Os contribuintes serão notificados do lançamento do tributo e intimados das infrações previstas em que tenham incorrido.

## **SECÃO II**

### ***Da Notificação de Lançamento do Tributo***

**Art. 93** - Ressalvado o disposto no art. 85, o contribuinte será notificado do lançamento do tributo por uma ou mais de uma das seguintes formas:

I - pela imprensa escrita, por rádio ou por televisão, de maneira genérica e impessoal;

II - pessoalmente, por servidor municipal ou aviso postal;

III - por Edital.

**Parágrafo único** - No caso previsto no inciso II deste artigo, será considerada efetiva a notificação quando entregue no endereço indicado pelo contribuinte.

## **SECÃO III**

### ***Da Intimação de Infração***

**Art. 94** - A intimação de infração a dispositivo desta Lei será feita pelo Agente do Fisco, com prazo de vinte (20) dias, por meio de:

I - Intimação Preliminar;

II - Auto de Infração.

**§ 1º** - Feita a intimação preliminar, não providenciando o contribuinte na regularização da situação, no prazo estabelecido no “*caput*” deste artigo, serão tomadas as medidas cabíveis tendentes à lavratura do Auto de Infração.

**§ 2º** - Decorrido o prazo sem a regularização da situação ou diante de decisão administrativa irrecorrível, o débito consignado no Auto de Infração será corrigido monetariamente e inscrito em dívida ativa, na forma do art. 123.

§ 3º - Não caberá Intimação Preliminar nos casos de reincidência.

§ 4º - Considerar-se-á encerrado o processo fiscal quando o contribuinte pagar o tributo, não cabendo posterior impugnação ou recurso.

**Art. 95** - O Auto de Infração será lavrado pelo Agente do Fisco, quando o contribuinte incorrer nas infrações capituladas no art. 100 desta lei.

## **TÍTULO VI**

### **DA ARRECADAÇÃO DOS TRIBUTOS**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

##### ***Dos Procedimentos de Arrecadação***

**Art. 96** - A arrecadação dos tributos será procedida:

- I - à boca de cofre;
- II - através de cobrança amigável; ou
- III - mediante ação executiva.

**Parágrafo único** - A arrecadação dos tributos se efetivará por intermédio da Tesouraria do Município, do Agente do Fisco ou de estabelecimento bancário.

**Art. 97**- A arrecadação correspondente a cada exercício financeiro proceder-se-á da seguinte forma:

I - o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana e taxas correlatas, em uma só vez, no mês de **março**, ou em parcelas, conforme calendário estabelecido pelo Executivo, por decreto;

II - o imposto sobre serviços de qualquer natureza:

a) no caso de atividade sujeita à alíquota fixa, em 2 (duas) parcelas nos meses de **março** e **setembro**, respectivamente;

**b)** no caso de atividade sujeita à incidência com base no preço do serviço, através da competente guia de recolhimento, até o dia 15 (quinze) do mês seguinte ao de competência.

**III** - o imposto sobre transmissão "**inter-vivos**" de bens imóveis será arrecadado:

**a)** na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos, que se formalizar por escritura pública, antes de sua lavratura;

**b)** na transmissão de bens imóveis ou na cessão de direitos reais a eles relativos que se formalizar por escrito particular, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura deste e antes de sua transcrição no ofício competente;

**c)** na arrematação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do auto e antes da expedição da respectiva carta;

**d)** na adjudicação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do auto ou, havendo licitação, do trânsito em julgado da sentença de adjudicação e antes da expedição da respectiva carta;

**e)** na adjudicação compulsória, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que transitar em julgado a sentença de adjudicação e antes de sua transcrição no ofício competente;

**f)** na extinção do usufruto, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do fato ou ato jurídico determinante da extinção e:

**1.** antes da lavratura, se por escritura pública;

**2.** antes do cancelamento da averbação no ofício competente, nos demais casos.

**g)** na dissolução da sociedade conjugal, relativamente ao valor que exceder à meação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data em que transitar em julgado a sentença homologatória do cálculo;

**h)** na remissão, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do depósito e antes da expedição da respectiva carta;

**i)** no usufruto de imóvel concedido pelo Juiz da Execução, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação da sentença e antes da expedição da carta de constituição;

**j)** quando verificada a preponderância de que trata o parágrafo 3º do art. 52, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil subsequente ao do término do período que serviu de base para a apuração da citada preponderância;

**l)** nas cessões de direitos hereditários:

**1.** antes de lavrada a escritura pública, se o contrato tiver por objeto bem imóvel certo e determinado;

**2.** no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que transitar em julgado a sentença homologatória do cálculo:

**2.1.** nos casos em que somente com a partilha se puder constatar que a cessão implica a transmissão do imóvel;

**2.2.** quando a cessão se formalizar nos autos do inventário, mediante termo de cessão ou desistência.

**m)** nas transmissões de bens imóveis ou de direitos reais a eles relativos não referidos nos incisos anteriores, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência do fato gerador e antes do registro do respectivo instrumento no ofício competente;

**IV** - as taxas, na forma do disposto na respectiva Seção ou quando lançadas isoladamente, nos termos estabelecidos em ato regulamentar;

**V** - a contribuição de melhoria, observado o disposto no art. 87, de uma só vez, quando a parcela individual for inferior ao valor de **50** VRM vigente.

**§ 1º** - É facultado o pagamento antecipado do imposto correspondente à extinção do usufruto, quando da alienação do imóvel com reserva daquele direito na pessoa do alienante, ou com a sua concomitante instituição em favor de terceiro.

**§ 2º** - O pagamento antecipado nos moldes do parágrafo anterior, deste artigo, elide a exigibilidade do imposto quando da ocorrência do fato gerador da respectiva obrigação tributária.

**Art. 98** - Os tributos lançados fora dos prazos normais, em virtude de inclusões ou alterações, são arrecadados:



I - no que respeita ao imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e taxas correlatas, quando houver, em parcelas mensais e consecutivas, de igual valor, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a data da notificação;

II - no que respeita ao imposto sobre serviços de qualquer natureza:

a) quando se tratar de atividade sujeita à alíquota fixa:

1. nos casos previstos no art. 37 de uma só vez, no ato da inscrição;

2. dentro de 30 (trinta) dias da intimação, para as parcelas vencidas;

b) quando se tratar de atividade sujeita à incidência com base no preço do serviço, nos casos previstos no artigo 38, dentro de 30 (trinta) dias da intimação para o período vencido;

III - no que respeita à taxa de licença para localização, no ato do licenciamento.

**Art. 99** - Os valores decorrentes de infração e penalidades não recolhidos no prazo assinalado no art. 94, serão corrigidos monetariamente e acrescidos da multa, e dos juros de mora por mês ou fração, calculados na forma do art. 154.

## **TÍTULO VII**

### **DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES**

#### **CAPÍTULO ÚNICO**

##### ***Das Disposições Gerais***

**Art. 100** - O infrator a dispositivo desta lei, fica sujeito, em cada caso, às penalidades abaixo graduadas:

I - igual a 50% (cinquenta por cento) do montante do tributo devido, correspondente ao exercício da constatação da infração, aplicada de plano, quando:

**a)** instruir, com incorreção, pedido de inscrição, solicitação de benefício fiscal ou guia de recolhimento de imposto, determinando redução ou supressão de tributos;

**b)** não promover inscrição ou exercer atividades sem prévia licença;

**c)** prestar a declaração, prevista no artigo 34, fora do prazo e mediante intimação de infração;

**d)** não comunicar, dentro dos prazos legais, qualquer alteração de construção licenciada ou alteração de atividade, quando, do ato ou fato omitido, resultar aumento do tributo;

**II** - igual a 100% (cem por cento) do tributo devido, quando praticar atos que evidenciem falsidade e manifesta intenção dolosa ou má fé, objetivando sonegação;

**III - 20 VRM** - Valor de Referência Municipal, quando:

**a)** não comunicar, dentro dos prazos legais a transferência da propriedade, alteração de firma, razão social ou localização de atividade;

**b)** deixar de conduzir ou de afixar o Alvará em lugar visível, nos termos desta lei;

**IV - 30 VRM** - Valor de Referência Municipal, quando:

**a)** embaraçar ou iludir, por qualquer forma, a ação fiscal;

**b)** praticar atos que visem diminuir o montante do tributo;

**V - 50 VRM** - Valor de Referência Municipal, quando deixar de emitir a nota de serviço ou de escriturar o Livro de Registro Especial;

**VI** - .... de **20 a 50** vezes o Valor de Referência Municipal:

**a)** na falta de autenticação do comprovante do direito de ingresso, no caso de prestação de serviço de jogos e diversões públicas;

b) quando infringir a dispositivos desta lei, não comi-  
nados neste capítulo;

**VII - de cinqüenta (50) a cem(100) vezes o valor do VRM na falsificação ou sempre que se verificar fraude, dolo ou má fé, no caso de prestação de serviços de jogos e diversões públicas.**

**§ 1º -** Quando o contribuinte estiver sujeito a exigências simultâneas e não excludentes, a penalidade será aplicada pela infração de maior valor.

**§ 2º -** As penalidades previstas nos incisos VI e VII deste artigo serão impostas nos graus mínimos, médio e máximo, conforme a gravidade da infração, considerando-se grau médio a média aritmética dos graus máximo e mínimo.

**Art. 101 -** No cálculo das penalidades, as frações de R\$ (real) serão arredondadas para a unidade imediata.

**Art. 102 -** Na reincidência, as penalidades previstas serão aplicadas em dobro.

**Parágrafo único -** Constitui reincidência a repetição da mesma infração, pela mesma pessoa física ou jurídica.

**Art. 103 -** Não se procederá contra o contribuinte que tenha pago tributo ou agido de acordo com a decisão administrativa decorrente de reclamação ou decisão judicial passada em julgado, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada a orientação.

**Art. 104 -** Quando o contribuinte procurar sanar a irregularidade, após o início do procedimento administrativo ou de medida fiscal, sem que disso tenha ciência, fica reduzida a penalidade para:

**I -** 10% (dez por cento) do valor da diferença apurada ou do tributo devido, nos casos previstos no inciso I do art. 100;

**II -** 10% (dez por cento) do valor da penalidade prevista na letra “a” do inciso III e na letra “a” do inciso VI, do mesmo artigo.

## **TÍTULO VIII**

### **DAS ISENÇÕES**

#### **CAPÍTULO I**

## ***Do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana***

**Art. 105** - São isentos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana:

**I** - entidade cultural, beneficente, hospitalar, recreativa e religiosa, legalmente organizada, sem fins lucrativos e a entidade esportiva registrada na respectiva federação;

**II** - sindicato e associação de classe;

**III** - entidade hospitalar, não enquadrada no inciso I, e a educacional não imune, quando colocam à disposição do Município, respectivamente:

**a)** 10% (dez por cento) de seus leitos para assistência gratuita a pessoas reconhecidamente pobres;

**b)** 5% (cinco por cento) de suas matrículas, para concessão de bolsas a estudantes pobres;

**IV** - viúva e órfão menor não emancipado, reconhecidamente pobres, **que percebam até 01 (um) salário mínimo mensal**;

**V** - proprietário de imóvel, cedido gratuitamente, mediante contrato público, por período não inferior a 5 (cinco) anos, para uso exclusivo das entidades imunes e das descritas nos incisos I e II deste artigo;

**VI** - proprietário de terreno sem utilização, atingido pelo Plano Diretor da Cidade ou declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, relativamente ao todo ou à parte atingida, mesmo que sobre ele exista construção condenada ou em ruína.

**Parágrafo único** - Somente serão atingidos pela isenção prevista neste artigo, nos casos referidos:

**I** - nos incisos I, II e III, o imóvel utilizado integralmente para as respectivas finalidades das entidades beneficiadas;

**II** - no inciso IV, o prédio cujo valor venal não seja superior a **(6.000)** vezes o VRM - Valor da Referência Municipal, utilizado exclusivamente como residência dos beneficiados, desde que não possuam outro imóvel.

## **CAPÍTULO II**

### ***Do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza***

**Art. 106** - São isentos do pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:

I - as entidades enquadradas no inciso I do artigo anterior, a educacional não imune e a hospitalar, referidas no inciso III, do citado artigo e nas mesmas condições;

II - a pessoa portadora de defeito físico que importe em redução da capacidade de trabalho, sem empregado e reconhecidamente pobre.

## **CAPÍTULO III**

### ***Do Imposto de Transmissão “Inter-Vivos” de Bens Imóveis***

**Art. 107** - É isenta do pagamento do imposto a primeira aquisição:

I - de terreno, situado em zona urbana, **fora das áreas 1 e 2**, quando este se destinar à construção da casa própria e cuja avaliação fiscal não ultrapasse a **(500)** vezes o valor do VRM;

II - da casa própria, situada em zona urbana, **fora das áreas 1 e 2**, cuja avaliação fiscal não seja superior a **(2.500)** vezes o valor do VRM.

**§ 1º** - Para efeitos do disposto nos incisos I e II deste artigo, considera-se:

a) primeira aquisição aquela realizada por pessoa que comprove não ser ela própria, ou o cônjuge, proprietário de terreno ou outro imóvel edificado no Município, no momento da transmissão ou cessão, **e esteja fora das áreas 1 e 2**;

b) casa própria: o imóvel que se destinar a residência do adquirente, com ânimo definitivo.

**§ 2º** - O imposto dispensado nos termos do inciso I deste artigo tornar-se-á devido na data da aquisição do imóvel, devidamente corrigido para efeitos de pagamento, se o beneficiário não apresentar à Fiscalização, no prazo de 12 meses, contados da data da escritura, prova de licenciamento para construir, fornecida pela Administração Municipal ou, se antes de esgotado o referido prazo, der ao imóvel destinação diversa, inclusive aliená-lo.

**§ 3º** - Para fins do disposto nos incisos I e II deste artigo, a avaliação fiscal será convertida em VRM, pelo valor desta, na data da avaliação fiscal do imóvel.

**§ 4º** - As isenções de que tratam os incisos I e II deste artigo não abrangem as aquisições de imóveis destinados à recreação, ao lazer ou veraneio.

#### **CAPÍTULO IV**

##### ***Da Contribuição de Melhoria***

**Art. 108** - São isentas do pagamento da Contribuição de Melhoria as entidades assistenciais, educacionais, culturais e esportivas sem fins lucrativos, assim como as instituições religiosas.

**Parágrafo único** - O benefício da isenção será concedida à vista de requerimento e comprovação dos requisitos previstos no art. 14 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

#### **CAPÍTULO V**

##### ***Das Disposições Sobre as Isenções***

**Art. 109** - O benefício da isenção do pagamento do imposto deverá ser requerido, nos termos desta lei, com vigência:

I - no que respeita ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, a partir:

a) do exercício seguinte, quando solicitada até 30 de novembro;

b) da data da inclusão, quando solicitada dentro de 30 (trinta) dias seguintes à concessão da Carta de Habitação;

II - no que respeita ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza:

a) a partir do mês seguinte ao da solicitação, quando se tratar de atividade sujeita a incidência com base no preço do serviço;

b) a partir do semestre seguinte ao da solicitação, quando se trate de atividade sujeita à alíquota fixa;

c) a partir da inclusão, em ambos os casos, quando solicitado dentro dos 30 (trinta) dias seguintes;

III - no que respeita ao Imposto de Transmissão “*Inter-Vivos*” de Bens Imóveis, juntamente com o pedido de avaliação.

**Art. 110** - O contribuinte que gozar do benefício da isenção fica obrigado a provar, por documento hábil, até o dia 30 (trinta) de novembro dos anos terminados em zero e cinco (05) que continua preenchendo as condições que lhes asseguravam o direito, sob pena de cancelamento a partir do exercício seguinte.

**Parágrafo único** - O disposto neste artigo não se aplica ao Imposto de Transmissão “*Inter-Vivos*” de Bens Imóveis.

**Art. 111-** O promitente comprador goza, também, do benefício da isenção, desde que o contrato de compra e venda esteja devidamente inscrito no Registro de Imóveis e seja averbado à margem da ficha cadastral.

**Art. 112** - Serão excluídos do benefício da isenção fiscal:

I - até o exercício em que tenha regularizado sua situação, o contribuinte que se encontre, por qualquer forma, em infração a dispositivos legais ou em débito perante a Fazenda Municipal;

II - a área de imóvel ou o imóvel cuja utilização não atenda às disposições fixadas para o gozo do benefício.

## **TÍTULO IX**

## **DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

### **CAPÍTULO I**

### **DA FISCALIZAÇÃO**

### **SEÇÃO ÚNICA**

#### ***Da Competência e dos Procedimentos de Fiscalização***

**Art. 113** - Compete à autoridade fazendária, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas tributárias.

**Art. 114** - A Fiscalização Tributária será procedida:

I - diretamente, pelo agente do fisco;

II - indiretamente, por meio dos elementos constantes do Cadastro Fiscal e informações colhidas em fontes que não as do contribuinte.

**Art. 115** - Todas as pessoas passíveis de obrigação tributária, inclusive as beneficiadas por imunidade ou isenção, estão sujeitas ao exercício de fiscalização.

**Art. 116** - O Agente Fiscal, devidamente credenciado ao exercício regular de suas atividades, terá acesso ao interior de estabelecimentos, depósitos e quaisquer outras dependências onde se faça necessária a sua presença.

**Art. 117** - A Fiscalização possui ampla faculdade no exercício de suas atividades, podendo promover ao sujeito passivo, especialmente:

I - a exigência de exibição de livros e documentos de escrituração contábil legalmente exigidos;

II - a exigência de exibição de elementos fiscais, livros, registros e talonários exigidos pelas Fazendas Públicas Municipais, Estadual e Federal;

III - a exigência de exibição de títulos e outros documentos que comprovem a propriedade, a posse ou o domínio útil de imóvel;

IV - a solicitação de seu comparecimento à repartição competente para prestar informações ou declarações;



V - a apreensão de livros e documentos fiscais, nas condições e formas regulamentares.

**Art. 118** - Caracterizada a omissão de formalidades legais ou, ainda, constatação da existência de vícios ou fraude na escrituração fiscal ou contábil, tendente a dificultar ou impossibilitar a apuração do tributo, é facultado à autoridade fazendária promover o processo de arbitramento dos respectivos valores por meio de informação analiticamente fundamentada e com base nos seguintes elementos:

I - declaração fiscal anual do próprio contribuinte;

II - natureza da atividade;

III - receita realizada por atividades semelhantes;

IV - despesas do contribuinte;

V - quaisquer outros elementos que permitam a aferição da base de cálculo do imposto.

**Art. 119** - O exame de livros, arquivos, registros e talonários fiscais e outros documentos, assim como demais diligências da fiscalização, poderão ser repetidos em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo, ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.

**Art. 120** - A Autoridade Fiscal do Município, por intermédio do Prefeito, poderá requisitar auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando indispensável à efetivação de medidas previstas na legislação tributária.

## **CAPÍTULO II**

### ***Da Dívida Ativa***

#### **SEÇÃO ÚNICA**

##### ***Da Inscrição e da Certidão de Dívida Ativa***

**Art. 121** - Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrito na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

**Parágrafo único** - A dívida ativa será apurada e inscrita na Fazenda Municipal.

**Art. 122** - A inscrição do crédito tributário em dívida ativa far-se-á, obrigatoriamente, até 31 (trinta e um) de março do exercício seguinte àquele em que o tributo é devido.

**Parágrafo único** - No caso de tributos lançados fora dos prazos normais, a inscrição do crédito tributário far-se-á até 60 (sessenta) dias após o prazo de vencimento.

**Art. 123** - O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará, obrigatoriamente:

I - o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II - o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato;

III - a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida;

IV - a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita à atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V - a data e o número da inscrição no Registro de Dívida Ativa; e

VI - o número do processo administrativo ou do ato de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

**Parágrafo único** - A certidão conterá, além dos requisitos deste artigo, a indicação do livro e da folha ou ficha de inscrição e poderá ser extraída através de processamento eletrônico.

**Art. 124** - O parcelamento do crédito tributário inscrito em dívida ativa será disciplinado por decreto do Executivo, mas não excederá a (12) parcelas men-

sais, sem prejuízo da incidência dos acréscimos legais, **exceto quando definido em Lei específica, com prazo não superior a 90 dias e com prorrogação para mais 90 dias, para a solicitação por parte do contribuinte.**

### **CAPÍTULO III**

#### ***Das Certidões Negativas***

#### **SEÇÃO ÚNICA**

#### ***Da Expedição e de Seus Efeitos***

**Art. 125** - As certidões negativas, caracterizadoras da prova de quitação de determinado tributo, serão expedidas, mediante requerimento do contribuinte, nos termos em que requeridas.

**Parágrafo único** - O requerimento de certidão deverá conter a finalidade pela qual foi formulado e outras informações necessárias à determinação do seu conteúdo.

**Art. 126** - A certidão negativa fornecida não exclui o direito de o Fisco Municipal exigir, a qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados.

**Parágrafo único** - Quanto aos efeitos e demais disposições sobre as certidões negativas observar-se-á o regramento contido na Lei nº 5.172, de 25-10-66 (Código Tributário Nacional - CTN).

### **TÍTULO X**

#### **DO PROCESSO TRIBUTÁRIO**

#### **CAPÍTULO I**

#### ***Do Procedimento Contencioso***

#### **SEÇÃO I**

#### ***Das Disposições Gerais***

**Art. 127** - O processo tributário por meio de procedimento contencioso, terá início:

- I - com lavratura do auto de infração ou notificação de lançamento;
- II - com a lavratura do termo de apreensão de livros ou documentos fiscais;
- III - com a impugnação pelo sujeito passivo, do lançamento ou ato administrativo dele decorrente.

**Art. 128** - O início do procedimento tributário exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores, e, independentemente de intimação, a das demais pessoas envolvidas nas infrações verificadas.

**Art. 129** - O auto de infração, lavrado por servidor público competente, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá conter:

- I - o local, a data e a hora da lavratura;
- II - o nome, o estabelecimento e o domicílio do autuado e das testemunhas, se houver;
- III - o número da inscrição do autuado no cadastro fiscal do Município ou, na ausência deste, no cadastro fiscal federal (CIC ou CGC, conforme o caso);
- IV - a descrição do fato que constitui a infração e circunstâncias pertinentes;
- V - a citação expressa do dispositivo legal infringido e do que fixe penalidade;
- VI - o cálculo do valor dos tributos e das multas;
- VII - a referência aos documentos que serviram de base à lavratura do auto;
- VIII - a intimação para a realização do pagamento dos tributos e respectivos acréscimos legais ou apresentação de impugnação dentro do prazo previsto no artigo 124;
- IX - a assinatura do autuante e a indicação do seu cargo;

**X** - a assinatura do autuado, ou de seu representante legal ou, ainda, a menção da circunstância de que os mesmos não puderam ou se recusaram a assinar;

**§ 1º** - As incorreções ou omissões verificadas no auto de infração não constituem motivo de nulidade do processo, desde que do mesmo constem elementos suficientes para a determinação da infração e da pessoa do infrator.

**§ 2º** - Havendo reformulação ou alteração do auto de infração, será devolvido ao contribuinte autuado o prazo de defesa previsto nesta Lei.

**§ 3º** - A assinatura do autuado deverá ser lançada simplesmente no auto ou sob protesto, e em nenhuma hipótese implicará em confissão, nem a sua falta ou recusa, em nulidade do auto de infração ou sua agravação.

**Art. 130** - Da lavratura do auto de infração será intimado:

**I** - pessoalmente, mediante a entrega de cópia do auto de infração, o próprio autuado, seu representante legal ou mandatário, com assinatura de recebimento do original;

**II** - por via postal, remetendo-se a cópia do auto de infração, com aviso de recebimento datado e firmado pelo destinatário ou pessoa do seu domicílio;

**III** - por publicação, no órgão do Município, ou meio de divulgação local, na sua íntegra ou de forma resumida, quando resultarem inexitosos os meios referidos nos incisos anteriores.

**Art. 131** - A notificação de lançamento conterá:

**I** - a qualificação do sujeito passivo notificado;

**II** - a menção ao fato gerador da obrigação tributária, com o seu respectivo fundamento legal;

**III** - o valor do tributo e o prazo para recolhimento ou impugnação;

**IV** - a disposição legal infringida e a penalidade correspondente, se for o caso;

V - a assinatura do servidor público competente, com a indicação de seu cargo.

**Art. 132** - O sujeito passivo poderá impugnar a exigência fiscal, independentemente de prévio depósito, dentro do prazo de vinte (20) dias, contados da data da notificação de lançamento, da data da lavratura do auto de infração ou da data do termo de apreensão de livros ou documentos fiscais, mediante defesa por escrito, alegando, de uma só vez, toda a matéria que entender útil e juntando os documentos comprobatórios de suas razões.

**Parágrafo único** - A impugnação, que terá efeito suspensivo, instaura a fase contraditória do procedimento.

**Art. 133** - A autoridade fazendária determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, quando entendê-las necessárias, fixando-lhes prazo, e indeferirá as que considerar prescindíveis, impraticáveis ou protelatórias.

**Parágrafo único** - Se da diligência resultar oneração para o sujeito passivo, relativamente ao valor impugnado, será reaberto o prazo para oferecimento de nova reclamação ou aditamento da primeira.

**Art. 134** - A impugnação encaminhada fora do prazo previsto no artigo 132, quando deferida, não eximirá o contribuinte do pagamento dos acréscimos previstos em lei, incidentes sobre o valor corrigido, quando for o caso, a partir da data inicialmente prevista para o recolhimento do tributo.

## **SEÇÃO II**

### ***Do Julgamento de Primeira Instância, dos Recursos e do Julgamento de Segunda Instância***

**Art. 135** - Preparado o processo, a autoridade fazendária proferirá despacho, por escrito, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, em que resolverá todas as questões debatidas e pronunciará a procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação.

**Parágrafo único** - Do despacho será notificado o sujeito passivo ou autuado, observadas as regras contidas no artigo 130.

**Art. 136** - A autoridade julgadora de primeira instância recorrerá de ofício, mediante declaração no próprio despacho, quando este exonerar, total ou parcialmente, o sujeito passivo do pagamento de tributo ou de multa.

**Parágrafo único** - O recurso do ofício será dirigido a autoridade superior competente para seu exame, nos termos da Lei.

**Art. 137** - Do despacho que resultar em decisão desfavorável ao sujeito passivo caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, ao Prefeito Municipal, dentro do prazo de **vinte (20)** dias, contados de sua notificação.

**Art. 138** - A decisão dos recursos será proferida no prazo máximo de **trinta (30)** dias, contados da data do recebimento do processo pelo Prefeito.

**Parágrafo único** - Decorrido o prazo definido neste artigo sem que tenha sido proferida a decisão, não serão computados juros e multa a partir desta data, mas, sim, apenas da data em que aquela for prolatada.

**Art. 139** - As decisões de qualquer instância tornam-se definitivas, uma vez esgotado o prazo legal sem interposição de recurso, salvo se sujeitas a recurso de ofício.

**Art. 140** - Na hipótese de a impugnação ser julgada definitivamente improcedente, os lançamentos dos tributos e penalidades impagos serão objeto dos acréscimos legais de multa, juros moratórios e correção monetária, a partir da data dos respectivos vencimentos, quando cabíveis.

**§ 1º** - O sujeito passivo poderá evitar, no todo ou em parte, a aplicação dos acréscimos referidos no “*caput*”, desde que efetue o pagamento dos valores exigidos até a decisão da primeira instância.

**§ 2º** - No caso de decisão final favorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo, serão restituídas a este, dentro do prazo de **noventa (90)** dias, contados da decisão final, e na proporção do que lhe for cabível, as importâncias referidas no parágrafo anterior, corrigidas monetariamente a partir da data em que foi efetuado o pagamento.

**Art. 141** - É facultado ao sujeito passivo encaminhar pedido de reconsideração ao Prefeito Municipal, no prazo de **quinze (15)** dias, contados da data da intimação da decisão de improvimento do recurso voluntário, quando fundado em fato ou argumento novo capaz de modificar a decisão.

## ***CAPÍTULO II***

### ***Dos Procedimentos Especiais***

#### ***SEÇÃO I***

##### ***Do Procedimento de Consulta***

**Art. 142** - Ao sujeito passivo ou seu representante legal é assegurado o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, desde que formulada antes da ação fiscal e em obediência às normas estabelecidas.

**Art. 143** - A consulta será dirigida à autoridade fazendária, com a apresentação clara e precisa do caso concreto e de todos os elementos indispensáveis ao entendimento da situação de fato, indicados os dispositivos legais, e instruída, se necessário, com a juntada de documentos.

**Parágrafo único** - Nenhum procedimento fiscal será promovido contra o sujeito passivo, em relação à espécie consultada, nas seguintes hipóteses:

- a)** durante a tramitação da consulta;
- b)** posteriormente, quando proceda em estrita observância à solução fornecida à consulta e elementos informativos que a instruíram.

**Art. 144** - A autoridade fazendária dará solução à consulta, por escrito, no prazo de **trinta (30)** dias contados da sua apresentação.

**Art. 145** - Do despacho proferido em processo de consulta não caberá recurso.

**Art. 146** - A resposta à consulta será vinculante para a Administração, salvo se fundada em elementos inexatos fornecidos pelo consulente.

#### ***SEÇÃO II***

##### ***Do Procedimento de Restituição***



**Art. 147** - O contribuinte terá direito, independentemente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, nos casos previstos no Código Tributário Nacional, observadas as condições ali fixadas.

**Art. 148** - A restituição total ou parcial de tributos abrangerá, também, na mesma proporção, os acréscimos que tiverem sido recolhidos, salvo os referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.

**§ 1º** - As importâncias objeto de restituição serão corrigidas monetariamente com base nos mesmos índices utilizados para os débitos fiscais e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês.

**§ 2º** - A incidência da correção monetária e dos juros observará como termo inicial, para fins de cálculo, a data do efetivo pagamento.

**Art. 149** - As restituições dependerão de requerimento da parte interessada, dirigido ao titular da Fazenda, cabendo recurso para o Prefeito.

**Parágrafo único** - Para os efeitos do disposto neste artigo, serão anexados ao requerimento os comprovantes do pagamento efetuado, os quais poderão ser substituídos, em caso de extravio, por um dos seguintes documentos:

I - certidão em que conste o fim a que se destina, passada à vista do documento existente nas repartições competentes;

II - certidão lavrada por serventuário público, em cuja repartição estiver arquivado documento;

III - cópia fotostática do respectivo documento devidamente autenticada.

**Art. 150** - Atendendo à natureza e ao montante do tributo a ser restituído, poderá o titular da Fazenda Municipal propor que a restituição do valor se processe mediante a compensação com crédito do Município, cabendo a opção ao contribuinte.

**Art. 151** - Quando a dívida estiver sendo paga em prestações, o deferimento do pedido de restituição somente desobriga o contribuinte ao pagamento das parcelas vincendas, a partir da data da decisão definitiva na esfera administrativa, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

## **TÍTULO XI**

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 152** - O valor do tributo será o valor do lançamento, para pagamento de uma só vez, no mês de competência.

**§ 1º** - Mês de competência, para os efeitos deste artigo, é o mês estabelecido para pagamento do tributo pelo valor lançado em quota única.

**§ 2º** - Nos casos em que a lei autoriza pagamento parcelado do tributo, as parcelas serão calculadas dividindo-se o valor lançado pelo número de parcelas, vencendo-se a primeira na data estabelecida para pagamento em quota única.

**§ 3º** - Todas as parcelas, no ato do lançamento, serão expressas no valor decorrente da aplicação do disposto no parágrafo anterior e convertidas em equivalentes unidades ou frações do valor do VRM - Valor de Referência Municipal vigente, prevalecendo, para fins de pagamento, nas respectivas datas de vencimento, o valor atual desta.

**Art. 153** - Os valores dos débitos de natureza tributária, vencidos e exigíveis, inscritos ou não em dívida ativa, serão corrigidos monetariamente, considerando-se o índice de variação do VRM, calculado a partir do dia seguinte à data do vencimento da obrigação até o dia anterior ao do seu pagamento, sem prejuízo da multa e juros previstos.

**Parágrafo único** – **O Valor de Referência Municipal para fins e efeitos do disposto neste Código serão fixados em R\$ 1,00 (Um real), para o mês de Janeiro 2004.** Estabelecendo a União índice para correção dos débitos fiscais e tributários, tal índice será adotado no Município, automaticamente e independente de autorização legislativa, a partir da eficácia da lei federal que o instituir, para todos os efeitos previstos nesta Lei.

**Art. 154** - O pagamento dos tributos após o prazo fixado em lei ou na forma da lei determina a incidência de multa à razão de 0,25% (zero, vinte e cinco por cento) por dia de atraso, até o máximo de 12% (doze por cento), além da correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês.

**Parágrafo único** - Decorridos três meses do vencimento da obrigação tributária, sem o seu pagamento, o respectivo valor, acrescido das demais incidências poderá ser inscrito em dívida ativa.

**Art. 155** - Os prazos fixados neste Código serão contínuos e fatais, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

**Parágrafo único** - Os prazos só se iniciam e vencem em dia útil e de expediente normal da repartição em que tenha curso o processo ou deva ser praticado o ato.

## **TÍTULO XII**

### **DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 156-** O Prefeito Municipal regulamentará por decreto a aplicação deste código, no que couber.

**§ 1.º - Fica o Prefeito Municipal autorizado por Decreto Lei, autorizar a remissão dos débitos de Alvará dos contribuintes que encerraram suas atividades e não tenham solicitado a respectiva baixa, ( débitos lançados após o encerramento da atividade) e os valores de Tributos que não atingirem o valor mínimo das custas judiciais para a respectiva cobrança, desde que devidamente comprovado pelo contribuinte .**

**Art. 157** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir de 01 de janeiro de **2004**.

**Art. 158** - Revogam-se todas as Leis anteriores que disponham sobre a matéria regulada nesta Lei, e, principalmente, ficam revogados todos os artigos da Lei Municipal nº **1107**, de 20.12.1993.

CAMPO NOVO, 31 de Dezembro de 2003

**EURICO AUGUSTO ZANCAN**

Prefeito Municipal

## **ANEXO I**

### **DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA**

<b>I - TRABALHO PESSOAL</b>	
	<b>QUANTIDADE DE VRM</b>

<b>a) Profissionais</b>	
<b>1) Profissionais liberais com curso superior, Médicos, Dentistas, Advogados, Engenheiros e Arquitetos, Contador, Agrônomo, Auditor, Economista, Veterinário, Administrador, Enfermeiro, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Laboratorista, Obstetra, Ortóptico, Psicólogo, Químico, Sociólogo e os legalmente equiparados.</b>	<b>2000</b>
<b>2) Outros serviços profissionais</b>	<b>1500</b>
<b>b) NÍVEL MÉDIO</b>	
<b>1) agenciamento, corretagem, representação, Despachante, Programador, Técnico em Contabilidade com escritório, Assessor, Auxiliar de Enfermagem, Avaliador, Calculista, Cobrador, Conjunto musical, Construtor, Desenhista Técnico, Empreiteiro, Heliógrafo, Salão de Beleza por pessoa, Intérprete, Modista, Organizador, Perito, Planejador, Projetista, Protético, Relações Públicas, Representação sem Escritório, Sub-empreiteiro, Técnico em Administração, Técnico em Contabilidade sem Escritório, Técnico Agrícola, Tradutor e Urbanista, comissão e qualquer outro tipo de intermediação</b>	<b>300</b>
<b>2) outros serviços não especificados nos Itens Anteriores:</b>	<b>250</b>
<b>c) NÍVEL INFERIOR</b>	
<b>1) Barbeiro, Desenhista, fotógrafo, instalador, mecânico, Pintor, Ourives, Alfaiate, Cambista, cobrador, costureiro, datilógrafo, carpinteiro, decorador, estenógrafo, ferreiro, lixador de assoalho, lustrador, manicure e pedicure, massagista, músico, paisagista, pedreiro, relojoeiro, reparador, restaurador, revisor, sapateiro, serralheiro e táxidermista.</b>	<b>120</b>
<b>II - SOCIEDADES CIVIS</b>	
<b>a) Por profissional habilitado, sócio empregado ou não</b>	<b>100</b>
<b>b) Serviços de diversões públicas, por Bailes, Danceterias, Boates e cinema</b>	<b>50</b>

<b>III - SERVIÇOS DE TÁXIS</b>	
Por veículo	<b>50</b>
<b>IV - RECEITA BRUTA</b>	<b>Alíquotas ( % )</b>
<b>a) Serviços de execução de obras de construção civil ou hidráulicas, todos constantes no item 07 do parágrafo único do Art. 22 desta lei.</b>	<b>3%</b>
<b>b) Serviços relacionados aos serviços bancários ou financeiros, inclusive aqueles do Item 15 e subitens 15.01, 15.02, 15.03 ,15.04, 15.05, 15.06, 15.07, 15.08, 15.09, 15.10, 15.11, 15.12, 15.13, 15.14, 15.15, 15.16, 15.17 e 15.18, do parágrafo único do Art. 22 desta lei.</b>	<b>5%</b>
<b>c) Serviços de Intermediações e Congêneres, item 10 do parágrafo único do Art. 22 desta lei.</b>	<b>3%</b>
<b>c) Qualquer tipo de prestação de serviço não previsto nas letras anteriores deste item e os constantes dos itens I e III, quando prestados por sociedade e não enquadrados em alíquota especificada neste no Anexo.</b>  ( * ) Percentual a incidir sobre a base de cálculo	<b>3%</b>

## **ANEXO II**

### **DA TAXA DE EXPEDIENTE**

	<b>QUANTIDADE DE VRM</b>
<b>1. Atestado, declaração, por unidade .....</b>	<b>2,5</b>
<b>2. Autenticação de plantas ou documentos, por unidade ou folhas</b>	<b>0,5</b>
<b>3. Certidão, por unidade ou por folha .....</b>	<b>2,5</b>
<b>4. Expedição de carta de "habite-se" ou certificado, por unidade</b>	<b>1</b>

5. Expedição de 2ª via de alvará, carta de “habite-se” ou certificado por unidade	2,5
6. Inscrições, exceto as no cadastro fiscal, por unidade .....	1
7. Recursos ao Prefeito .....	1
9. Fotocópias de plantas, além do custo da reprodução, por folhas	0,5
10. Inscrição em concurso para cargo de .....	
10.1. nível superior .....	25
10.2. nível médio .....	20
10.3. nível simples .....	25
11. Outros atos ou procedimentos não previstos .....	5

**ANEXO III**  
**DA TAXA DE LIXO**

Abrange apenas os imóveis localizados em logradouros efetivamente atendidos pelo serviço de recolhimento de lixo.

<b>ESPÉCIE DE IMÓVEL</b>	<b>VOLUME PRESUMIDO ANUAL</b>	<b>VALORES EM VRM</b>
<b>a) Não Edificado</b>	<i>igual ao previsto no item b.1 por módulo urbano padrão de ..... m<sup>2</sup></i>	<b>03</b>
	<i>b.1 - ...m<sup>3</sup>, quando de área construída inferior a 50m<sup>2</sup></i>	<b>03</b>

<b>b) Edificado de ocupação residencial</b>	<b>b.2 - ...m<sup>3</sup>, quando de área construída superior a 50m<sup>2</sup> até 100m<sup>2</sup></b>	<b>05</b>
	<b>b.3 - ...m<sup>3</sup>, quando de área construída superior a 100m<sup>2</sup> até 150m<sup>2</sup></b>	<b>10</b>
	<b>b.4 - ...m<sup>3</sup>, quando de área superior a 150m<sup>2</sup> até 200m<sup>2</sup></b>	<b>15</b>
	<b>b.5 - ...m<sup>3</sup>, quando de área construída superior a 200m<sup>2</sup> até 300m<sup>2</sup></b>	<b>20</b>
	<b>b.6 - ...m<sup>3</sup>, quando de área construída superior a 300m<sup>2</sup></b>	<b>40</b>
	<b>c) Edificado de ocupação não residencial</b>	<b>c.1 - ...m<sup>3</sup>, quando de área construída inferior a 50m<sup>2</sup></b>
<b>c.2 - ...m<sup>3</sup>, quando de área construída superior a 50m<sup>2</sup> até 100m<sup>2</sup></b>		<b>12</b>
<b>c.3 - ...m<sup>3</sup>, quando de área construída superior a 100m<sup>2</sup> até 150m<sup>2</sup></b>		<b>15</b>
<b>c.4 - ...m<sup>3</sup>, quando de área construída superior a 150m<sup>2</sup> até 200m<sup>2</sup></b>		<b>20</b>
<b>c.5 - ...m<sup>3</sup>, quando de área construída superior a 200m<sup>2</sup> até 400m<sup>2</sup></b>		<b>25</b>
<b>c.6 - ...m<sup>3</sup>, quando de área construída superior a 400m<sup>2</sup> até 700m<sup>2</sup></b>		<b>30</b>
<b>c.7 - ...m<sup>3</sup>, quando de área construída superior a 700m<sup>2</sup></b>		<b>35</b>

**ANEXO IV**

**DA TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTO E DE ATIVIDADE AMBULANTE**

<b>I - DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO</b>	<b>Quantidade de VRM</b>
<b>I - De estabelecimento com localização fixa, de qualquer natureza</b>	
<b>a) Prestação de serviços por pessoa física</b>	

1- SUPERIOR.....	100
2- MEDIO.....	80
3- INFERIOR.....	40
<b>b) Prestação de serviços por firma individual ou pessoa jurídica</b>	
1. grande porte .....	100
2. médio porte .....	60
3. pequeno porte .....	35
<b>c) Comércio:</b>	
1. grande porte .....	120
2. médio porte .....	70
3. pequeno porte .....	40
<b>d) Indústria:</b>	
1. grande porte .....	120
2. médio porte .....	70
3. pequeno porte .....	40
<b>e) Atividades não compreendidas nos itens anteriores</b>	
	80

**NOTA.** Para efeito do disposto nas letras “b”, “c” e “d” do item I deste ANEXO, em função do tamanho e natureza do estabelecimento, complexidade de suas instalações e tempo presumido de atividade administrativa necessária ao exame do pedido de licença, considera-se:

1. De Grande Porte - O Estabelecimento cuja área útil ocupada na atividade de prestação de serviços, comercial ou industrial seja igual ou superior a **150m<sup>2</sup> (cento e cinqüenta metros quadrados)**;

2. De Médio Porte - O Estabelecimento, cuja área útil ocupada na atividade de prestação de serviços, comercial ou industrial seja inferior a **150m<sup>2</sup> (Cento e Cinqüenta metros quadrados)** até **50 m<sup>2</sup> (cinqüenta metros quadrados)**;



3. De Pequeno Porte - O Estabelecimento, cuja área ocupada na atividade de prestação de serviços, comercial ou industrial seja inferior a 50m<sup>2</sup> (cinquenta metros quadrados).

<b>II - De Licença de Atividade Ambulante:</b>	<b>QUANTIDADE DE VRM</b>
<b>1. em caráter permanente por 1 ano:</b>	
<b>a) sem veículo .....</b>	<b>50</b>
<b>b) com veículo de tração manual</b>	<b>30</b>
<b>c) com veículo de tração animal .....</b>	<b>40</b>
<b>d) com veículo motorizado .....</b>	<b>150</b>
<b>e) em tendas, estandes, similares, inclusive nas feiras, anexo ou não a veículos..</b>	<b>60</b>
<b>2. Em caráter eventual ou transitório:</b>	
<b>a) quando a transitoriedade ou eventualidade não for superior a 10 dias, por dia:</b>	
<b>1. sem veículo .....</b>	<b>10</b>
<b>2. com veículo de tração manual .....</b>	<b>08</b>
<b>3. com veículo de tração animal .....</b>	<b>10</b>
<b>4. com veículo de tração a motor .....</b>	<b>25</b>
<b>5. em tendas, estandes e similares .....</b>	<b>10</b>
<b>b) quando a transitoriedade ou eventualidade for superior a 10 dias, por mês ou fração:</b>	
<b>1. sem veículo .....</b>	<b>15</b>
<b>2. com veículo de tração manual .....</b>	<b>10</b>
<b>3. com veículo de tração animal .....</b>	<b>15</b>
<b>4. com veículo de tração motor .....</b>	<b>40</b>

5. em tendas, estandes e similares .....	<b>20</b>
c) jogos e diversões públicas exercidos em tendas, estandes, palanques ou similares em caráter permanente ou não, por mês ou fração, e por tenda, estande, palanque ou similar.	20

**ANEXO V**  
**DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO E VISTORIA**  
**DE ESTABELECIMENTO**

<i>I</i> - De estabelecimento com localização fixa, de qualquer natureza:	<b>QUANTIDADE DE VRM</b>
a) Prestação de serviços por pessoa física .....	
1) com nível superior	<b>80</b>
2) com nível médio	<b>50</b>
3) com nível inferior	<b>15</b>
b) Prestação de serviços por firma individual ou pessoa jurídica	
1. grande porte .....	<b>100</b>
2. médio porte .....	<b>60</b>
3. pequeno porte .....	<b>35</b>
c) Comércio:	
1. grande porte .....	<b>120</b>
2. médio porte .....	<b>70</b>
3. pequeno porte .....	<b>40</b>
d) Indústria:	
1. grande porte .....	<b>120</b>

2. médio porte .....	<b>70</b>
3. pequeno porte .....	<b>40</b>
e) Atividades não compreendidas nos itens anteriores .....	<b>80</b>

**NOTA.** Para efeito do disposto nas letras “b”, “c” e “d” do item I deste ANEXO, em função do tamanho e natureza do estabelecimento, complexidade de suas instalações e tempo presumido da atividade de fiscalização e vistoria considera-se:

1. De Grande Porte - O Estabelecimento cuja área útil ocupada na atividade de prestação de serviços, comercial ou industrial seja igual ou superior a **150m<sup>2</sup> (cento e cinqüenta metros)**;

2. De Médio Porte - O Estabelecimento, cuja área útil ocupada na atividade de prestação de serviços, comercial ou industrial seja inferior a **150m<sup>2</sup> (cento e cinqüenta metros)** até **50m<sup>2</sup> (cinqüenta metros)**;

3. De Pequeno Porte - O Estabelecimento, cuja área ocupada na atividade de prestação de serviços, comercial ou industrial seja inferior a **50m<sup>2</sup> (cinqüenta metros)**.

## **ANEXO VI**

### **DA TAXA DE LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS**

<b>TAXA POR METRO QUADRADO</b>	<b>QUANTIDADE DE VRM</b>
I - Pela aprovação ou revalidação de projetos de:	
a) construção, reconstrução, reforma ou aumento de madeira ou misto:	
1. com área de até 80 m <sup>2</sup> .....	<b>0,20</b>
2. com área superior a 80 m <sup>2</sup> , por metro quadrado ou fração excedente....	<b>0,25</b>
b) construção, reconstrução, reforma ou aumento de prédio	

de alvenaria:	
1. com área até 100 m <sup>2</sup> .....	<b>0,35</b>
2. com área superior a 100 m <sup>2</sup> , por metro quadrado ou fração excedente:	<b>0,40</b>
<b>c) loteamento ou arruamento, para cada 10.000 m<sup>2</sup> ou frações da gleba objeto do parcelamento <b>por lote excluídas as áreas doadas ao município.....</b></b>	<b>01</b>
<b>II - Pela fixação de alinhamentos:</b>	
<b>a) em terrenos de até 20 metros de testada .....</b>	<b>05</b>
<b>b) em terrenos de testada superior a 20 metros, por metro ou fração excedente.....</b>	<b>0,25</b>
<b>III - Pela vistoria de construção, reconstrução, reforma ou aumento de prédio de madeira ou misto:</b>	
1. com área de até 80 m <sup>2</sup> .....	<b>0,10</b>
2. com área superior a 80 m <sup>2</sup> , por metro quadrado ou fração excedente.....	<b>0,15</b>

### **APLICAÇÃO DA FÓRMULA DE HARPER**

**AR - área real**

**AC - área corrigida**

**IC - índice de correção**

**PP - profundidade padrão**

**PM - profundidade média**

**II**

a) A área real via de regra é obtida multiplicando-se a metragem da testada do terreno pela metragem da sua profundidade média.

Ex.: Terreno de 10m de frente por 30m de frente a fundos:

$$\text{área real} - 10 \times 30 = 300 \text{ m}^2$$

**b)** A área corrigida é encontrada pela multiplicação da área real pelo índice de correção:

Ex.: Se o índice de correção for 1,22474 e a área real 200 m<sup>2</sup>, teremos:

$$AC = 200 \text{ m}^2 \times 1,22474 = 244,94 \text{ m}^2$$

**c)** O índice de correção é obtido pela fórmula de Harper assim enunciada:

$$IC = \sqrt{\frac{PP}{PM}}$$

ou seja, é resultante da raiz quadrada da relação que se verificar entre a profundidade padrão e a profundidade média ou profundidade real.

Ex.: Profundidade padrão = 30 m

Profundidade média = 20 m

$$IC = \sqrt{\frac{30}{20}} = 1,5 = 1,22474$$

**d)** Profundidade padrão é a fixada em lei, para o lote urbano, que poderá ser diferente para cada Divisão Fiscal.

**e)** Profundidade média é a profundidade real ou a que resultar da divisão da área de terrenos de formas irregulares pela sua testada:

Ex.: testada = 12 m

área = 358 m<sup>2</sup>

prof. média = 358 + 12 = 29,83

A fórmula de Harper determina as seguintes conseqüências:

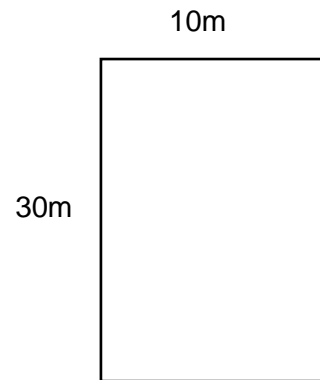
**a)** No caso de terreno padrão:

Terreno com 10m de frente por 30m de frente a fundos.

Para a profundidade padrão de 30m a área corrigida será igual a área real:

$$IC = \sqrt{\frac{30}{30}} = 1 = 1$$

$$\begin{aligned} \text{área real} &- 10\text{m} \times 30\text{m} = 300 \text{ m}^2 \\ \text{área corrigida} &= AR \times IC \\ AC &= 300 \text{ m}^2 \times 1 = 300 \text{ m}^2 \end{aligned}$$



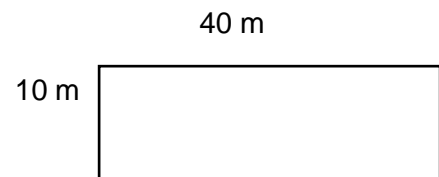
**b)** Se a profundidade média for maior que a profundidade padrão a área corrigida será menor do que a área real.

Ex.: terreno 10 m de frente

40 m profundidade média

$$IC = \sqrt{\frac{30}{40}} = 0,75 = 0,86602$$

$$\begin{aligned} \text{área real} &= 10 \text{ m} \times 40 \text{ m} = 400 \text{ m}^2 \\ \text{área corrigida} &= AR \times IC \\ AC &= 400 \text{ m}^2 \times 0,86602 = 346,40 \text{ m}^2 \end{aligned}$$

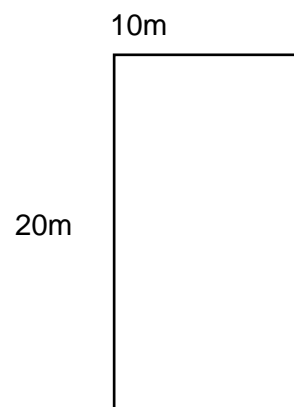


**c)** Se a profundidade média for menor que a profundidade padrão a área corrigida será maior que a área real.

Ex.: terreno 10 m de frente  
20 m de profundidade média

$$IC = \sqrt{\frac{30}{20}} = 1,5 = 1,22474$$

área real = 10 m x 20 m = 200 m<sup>2</sup>  
 área corrigida = AR x IC  
 AC = 200 m<sup>2</sup> x 1,22474 = 244,94 m<sup>2</sup>



## TABELA VII

### TABELA DE CORREÇÃO DO VALOR DO M2 DE CONSTRUÇÃO

PONTOS	PONTOS
<b>ESTRUTURA</b>	<b>REVESTIMENTO EXTERNO</b>
- Concreto.....10	- Material à Vista..... 10
- Metálica..... 08	- Cerâmica..... 10
- Alvenaria..... 06	- Acrílica..... 08
- Madeira..... 04	- Óleo ..... 07
- Sem ..... 00	- Plástica ..... 04
-----	- Caição/PVA ..... 02
<b>COBERTURA</b>	- Sem ..... 00
- Laje ..... 20	- Outros ..... 03

- Telhas de Barro .....	17
-cimento Amianto .....	14
- Metal ou Zinco .....	12
- Papelão .....	05
- Refugos .....	02
- Outros .....	05

-----	Ci-
<b>ESQUADRIAS</b>	
- Especial de Madeira .....	20
- Alumínio .....	20
- Ferro .....	15
- Comum de Madeira .....	10
- Tampa de Madeira .....	05
- Outro/Inexistente .....	00

**PAREDES**

- Alvenaria c/ reboco .....	20
- Alvenaria s/ Reboco .....	15
- Madeira Beneficiada Dupla..	15
- Madeira Benef. Simples.....	10
- Madeira Bruta Dupla .....	12
- Madeira Bruta Simples.....	07
- Mista .....	14
- Taipa/Refugio .....	04
- Sem.....	00

**FORRO**

- Laje de Concreto .....	15
- Alumínio/PVC .....	12
- Madeira Beneficiada.....	09
- Madeira Bruta .....	06
- Eucatém / fibra de vidro....	06
- Sem .....	00

**INSTALAÇÃO SANITÁRIA**

- Interna .....	05
- Externa .....	03
- Inexistente .....	00



**TABELA II**  
**FATORES DE CORREÇÃO DAS CONSTRUÇÕES**

<b>ESTADO DE CONSERVAÇÃO</b>	- Ótimo	1,00
	- Bom	0,85
	- Regular	0,70
	- Mau	0,45
<b>LOCAÇÃO</b>	- Isolada	1,00
	- Geminada	0,90
	- Conjugada	0,80
<b>SITUAÇÃO DO PRÉDIO NO LOTE</b>	- Frente	1,00
	- Fundos	0,80
	- Sobreloja	0,70
	- Subsolo	0,80
<b>ANO DE CONSTRUÇÃO</b>	- até 5 anos	1,00
	- 06 a 10 anos	0,95
	- 11 a 15 anos	0,90
	- 16 a 20 anos	0,85
	- 21 a 25 anos	0,80

	- 26 a 30 anos	0,75
	- mais de 31 anos	0,70
<hr/>		
<b>PADRAO</b>	- Alto (100 a 90 pontos)	1,000
	- (89 a 80 pontos)	0,925
	- Médio (79 a 70 pontos)	0,850
	- (69 a 60 pontos)	0,775
	- Baixo (59 a 50 pontos)	0,700
	- (49 a 40 pontos)	0,625
<hr/>		
<b>TIPO</b>	- Casa - Casa/Sobrado	1,00
	- Casa/Porão	0,85
	- Porão	0,65
	- Apartamento	1,00
	- Loja/ Sala	0,85
	- Pavilhão Industrial	0,70
	- Galpão	0,55
	- Área Coberta	0,45
	- Telheiro	0,35
- Especial	1,00	
<hr/>		

### **TABELA III**

#### **TABELA DE CORREÇÃO DE PREÇO DO M2 DE TERRENO POR SEÇÃO**

<b>SERVIÇO</b>	<b>CÓDIGO</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>ACRÉSC./DECRÉS.</b>
	1	Inexistente	-2
<b>Limpeza</b>	2	Capina	+1
<b>Pública</b>	3	Varreção	+1
	4	Varreção e Capina	+2
	1	Ótima	+8
	2	Boa	+6
<b>Iluminação Pública</b>	3	Regular	+4
	4	Ruim	+2
	5	Inexistente	-5
	1	Inexistente	-3
<b>ÁGUA</b>	2	Encanada	+3
	3	Bica	0
	4	Poço ou Cisterna	-1
	1	Diária	+3
<b>COLETA DE LIXO</b>	2	Periódica	+1
	3	Inexistente	-2
	1	Terra	-2
	2	Asfalto	+5
<b>PAVIMENTAÇÃO</b>	3	Pedra Regular	+2
	4	Pedra Irregular	0
	5	Empedrado	-1
	6	Rua não Aberta	-4
	1	Sim	-1

<b>PASSEIO</b>	2	Não	+1
	1	Sim	+1
<b>SARGETA</b>	2	Não	-1
	1	Sim	+1
<b>BOCA DE LOBO</b>	2	Não	-1
	1	Inexistente	-1
<b>ESGOTO</b>	2	Rede Pública	+1
	3	Fossa	0
	1	Inexistente	+1
	2	Lado Esquerdo	0
<b>ARBORIZAÇÃO</b>	3	Lado Direito	0
	4	Dois Lados	-1
	1	Sim	+1
<b>REDE DE TELEFONE</b>	2	Não	-1
	1	Via Estrutural	+2
	2	Via Principal	+1
<b>SISTEMA VIÁRIO</b>	3	Via Secundária	-1
	4	Via Local	-2

**TABELA IV**  
**FATORES DE CORREÇÃO DOS TERRENOS**

- Esquina	1,20
- Meio da Quadra	1,00

<b>SITUAÇÃO</b>	- Vila	0,60
	- Encravado	0,40
	- Interior da Gleba	0,50
	- Aglomerado	0,10
<b>CONDIÇÕES FÍSICAS</b>	- No nível	1,00
	- Acima do Nível	0,95
	- Abaixo do Nível	0,90
	- Irregular	0,80
<b>PEDOLOGIA</b>	- Firme	1,00
	- Inundável	0,80
	- Alagado	0,70
	- Rochoso	0,80